



120 DIAS

de Compromissos do IX Governo Constitucional

1 de julho a 28 de outubro de 2023

“Salvemos o Estado de Direito Democrático”





120 DIAS

de Compromissos do

IX Governo Constitucional

1 de julho a 28 de outubro de 2023

“Salvemos o Estado de Direito Democrático”

Índice

Mensagem de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão.....	05
Os Compromissos.....	07
Principais Realizações.....	19
Prosseguir com o Desenvolvimento do Capital Social.....	19
Prosseguir com o Desenvolvimento das Infraestruturas.....	30
Prosseguir com o Desenvolvimento da Economia.....	33
Prosseguir com a Consolidação Governativa.....	41
Prosseguir com a Boa Governação e Combate à Corrupção.....	45
Composição do IX Governo Constitucional.....	57
Organograma do IX Governo Constitucional.....	60
Cronologia das principais atividades durante os primeiros 120 dias.....	62

120 DIAS de Compromissos do IX Governo Constitucional

*“Salvemos o Estado de
Direito Democrático”*

Em cumprimento do mandato que foi concedido pelo povo timorense ao IX Governo

Constitucional, este traçou um programa com medidas de curto, médio e longo prazo, onde se destacam os compromissos assumidos para os primeiros 120 dias de governação. Os 120 dias, cerca de quatro meses, é um período reduzido para alcançar grandes resultados, é, no entanto, o tempo necessário para lançar as bases de um programa estruturante e transformativo para o país.

Assim, após a tomada de posse do Governo, que teve lugar a 1 de julho de 2023, todos os departamentos governamentais se dedicaram, nestes primeiros dias de mandato, a conhecer os seus quadros administrativos, o património



e arquivo existente, os trabalhos em curso, e a analisar e avaliar estes mesmos trabalhos, com o objetivo de identificar as falhas e os sucessos herdados da governação anterior.

Todos os membros do Governo compreenderam a necessidade de desenvolver esforços para a correção das irregularidades cometidas durante este longo período de estagnação, onde prevaleceu uma sistemática violação das regras de boa-governança e de transparência, exigidas para o desenvolvimento e consolidação do Estado de Direito Democrático.

E se todo o Executivo sabe que a sua missão é a de contribuir para *“uma nação em que a sociedade é próspera e saudável, instruída e qualificada, inovadora e dinâmica, com acesso generalizado aos bens e serviços essenciais e onde a produção e o emprego em todos os setores produtivos correspondem aos de uma economia emergente”* – implementando as metas e prioridades estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e retomando o roteiro definido por Timor-Leste para cumprir a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas – também sabe que este compromisso é inalcançável sem paz, estabilidade, justiça e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas, que orientem este caminho de desenvolvimento sustentável.

O IX Governo Constitucional chama, então, a si, o dever e a responsabilidade de proceder às devidas correções às fragilidades encontradas e de implementar políticas públicas de reforma do sistema para uma maior transparência e responsabilidade financeira e administrativa. Um Governo eficiente é aquele que consegue implementar reformas estruturantes para acelerar a transformação necessária, sobretudo em áreas que não estão a responder às expectativas da sociedade e da população.

Em síntese, nos primeiros 120 dias, as equipas governamentais dedicaram-se ao levantamento exaustivo de todas as correções que é necessário imprimir, de forma transversal, aos processos, sistemas e metodologias que estão a travar o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Isto incluiu preparar a estrutura orgânica de cada linha ministerial, renovar o quadro jurídico-administrativo das estruturas e políticas nacionais e definir objetivos e prioridades para os próximos 5 anos.

Pode até parecer pouco, mas a construção de um edifício sólido e duradouro começa pelas fundações, e estruturar e planear não são tarefas fáceis, sobretudo num país com tantas prioridades e necessidades. Para cada Ministro e Ministra, para cada Secretário de Estado e Secretária de Estado, para cada dirigente das instituições públicas, o repto lançado foi o de uma melhor prestação de serviços, maior eficácia e eficiência, maior rigor e transparência, maior integridade e profissionalismo, com vista a melhorar as condições de vida dos Timorenses e, sobretudo, com vista a criar condições para que os próprios cidadãos timorenses se desenvolvam a si mesmos, num verdadeiro espírito democrático e participativo.

Apraz-me dizer que, nestes primeiros meses de governação, senti o entusiasmo e o empenho da parte de todo o elenco governativo para cumprir este desígnio. Estamos fortes e unidos para servir os Timorenses e colocar o país na senda do desenvolvimento.

28 de outubro de 2023



Sua Excelência o Primeiro-Ministro da
República Democrática de Timor-Leste
Kay Rala Xanana Gusmão

Os Compromissos

“Proceder às necessárias correções, fazer mais e fazer melhor, é a plataforma comum de entendimento para a formação deste novo Governo. A nossa prática governativa será orientada pelos princípios de boa governação, de inclusão e pelo princípio de que todos devem obediência à lei.

A nossa visão é de uma nação em que a sociedade é próspera e saudável, instruída e qualificada, inovadora e dinâmica, com acesso generalizado aos bens e serviços essenciais e onde a produção e o emprego em todos os setores produtivos correspondem aos de uma economia emergente.”

Para responder às expectativas do povo e da sociedade timorense, o IX Governo comprometeu-se, nos primeiros 120 dias de governação, com uma série de iniciativas e medidas, sobre as quais incide este relatório.

Assim, nos primeiros 120 dias do mandato, entre 1 de julho e 28 de outubro de 2023, o Governo dedicou-se a:

1 *Repor a normalidade democrática, através de um Parlamento legítimo e de um Governo legal, para aprovar o Programa do Governo para 5 anos, aprovar o Orçamento Retificativo para 2023 e aprovar o Orçamento Geral do Estado para 2024. Fazer ainda todos os esforços para revogar toda a legislação e regulamentação necessárias para a consolidação do Estado.*

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 12 de julho de 2023, o Programa do IX Governo Constitucional, definindo as principais políticas públicas a serem adotadas durante o mandato.

O Programa do Governo foi fundamentado no compromisso firme e determinado em cumprir uma agenda de desenvolvimento para a Nação e consubstancia-se em seis áreas principais: a reafirmação do Estado de Direito Democrático, o desenvolvimento do capital social, o desenvolvimento das infraestruturas, o desenvolvimento da economia, a consolidação governativa, e a boa governação e combate à corrupção.





O Programa, debatido no Parlamento Nacional, durante dois dias, mereceu a ovação de todos os membros do Parlamento Nacional, a 19 de julho de 2023, com os representantes das bancadas parlamentares a manifestarem o seu apoio sem objeções ao Programa para os próximos cinco anos.

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 9 de agosto de 2023, a Proposta de Lei da primeira alteração à Lei n.º 15/2022, de 21 de dezembro, referente ao Orçamento Geral do Estado para 2023, e à Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, relativa ao enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública, e a segunda alteração à Lei n.º 8/2008, de 30 de junho, Lei Tributária. O Orçamento Geral do Estado Retificativo para 2023, com o valor total consolidado de 1,77 mil milhões de dólares americanos, foi aprovado em votação final global pelo Parlamento Nacional, na sessão plenária do dia 24 de agosto de 2023.

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 24 de julho de 2023, a nova Orgânica do Governo, Decreto-Lei n.º 46/2023 de 28 de julho. A nova orgânica do Governo reflete não só a sua estrutura real, mas também a filosofia do novo Governo. A orgânica representa, por isso, a organização mais adequada à execução do Programa, e que inclui áreas e programas transversais a várias áreas governativas, e a resposta às exigências da legislatura.

O Conselho de Ministro aprovou, no dia 2 de outubro de 2023, o montante total da despesa associada a cada título orçamental referente ao Orçamento Geral do Estado para 2024, com um valor global previsto de 1,6 mil milhões de dólares americanos. Este montante reflete uma redução de 18%, equivalente a 360 milhões de dólares americanos, em comparação com o OGE 2023. Esta estimativa de orçamento vai ser analisada pelo Comité de Revisão Orçamental, entre os dias 23 de outubro e 9 de novembro. Prevê-se que a Proposta de Lei do OGE 2024 seja entregue ao Parlamento Nacional até ao final do mês de novembro.

2 *Revogar a Lei n.º 3/2014, que criou a RAEOA e a ZEEMS, para subordinar a Autoridade da RAEOA a um melhor controlo do Governo Central, já que o objetivo descrito na Lei para a criação da ZEEMS não foi delineado, mesmo depois de nove longos anos, e proceder à imediata Auditoria de todas as atividades, incluindo o processo da dispendiosa aquisição do “Ro Haksolok”.*

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 25 de setembro, a Proposta de Lei que aprova a terceira alteração à Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, que cria a Região Administrativa Especial de Oe-Cússe Ambeno (RAEOA) e estabelece a Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cússe Ambeno e Ataúro.

Esta Proposta de Lei foi aprovada na generalidade no Parlamento Nacional, a 24 de outubro de 2023. As alterações aprovadas incluem: o estabelecimento de um quadro jurídico adequado para as Zonas Especiais de Economia Social e de Mercado em todo o território; o poder de tutela sobre a RAEOA será exercido exclusivamente pelo Primeiro-Ministro; o poder regulamentar da RAEOA será conformado com a Constituição e a Lei; os contratos celebrados pela RAEOA em nome da Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cússe e Ambeno e Ataúro serão transferidos automaticamente para a RAEOA.

Relativamente ao processo de aquisição do “Ro-Haksolok”, o Governo está a proceder ao exame detalhado de todos os documentos que fazem parte do processo, incluindo os diversos contratos associados à construção do navio, e a analisar a viabilidade técnica e financeira de se continuar com o projeto.





3 *Anular a Lei que criou o município de Ataúro, pela total carência de condições infraestruturais e logísticas na ilha de Ataúro, tais como estradas, eletricidade, água, porto e aeroporto.*

O Conselho de Ministros aprovou a Proposta de Lei para a quarta alteração à Lei n.º 11/2009, de 7 de outubro, que aprova a Divisão Administrativa do Território. Esta Proposta de Lei foi aprovada na generalidade no Parlamento Nacional, a 24 de outubro de 2023. Conforme previsto no Programa do IX Governo, esta alteração visa extinguir o município de Ataúro e criar uma divisão administrativa de primeiro escalão, chamada de “Ataúro”, seguindo o definido no artigo 5.º da Constituição da República.

Esta proposta de alteração da qualificação jurídico-administrativa de Ataúro irá abrir caminho à redefinição de um modelo de administração territorial que, na dependência do Governo, tenha capacidade de desencadear o processo de desenvolvimento deste território, com a participação das comunidades locais. O Governo considera que esta solução encontrada não se trata de um retrocesso ou desqualificação do território da ilha de Ataúro, mas de lançar as bases para um novo modelo de organização e de funcionamento da administração local de Ataúro, a qual disporá dos meios e do quadro legal adequado e necessário para impulsionar o processo de infraestruturação daquele território, assegurar a prestação de bens e serviços básicos às comunidades locais e desencadear o crescimento económico e o bem-estar da população em Ataúro”.

4 *Proceder a Auditorias ao Tribunal de Contas, à Comissão Anticorrupção e ao Ministério Público, sobre a implementação de programas e da falta de processos de aprovisionamento a muitos projetos.*

O Governo está a proceder à análise legal da falta de prestação de contas auditadas da Câmara de Contas, Comissão Anti-Corrupção e Ministério Público.

No cumprimento do princípio da separação de poderes entre órgãos de soberania, o Governo e o Parlamento Nacional vão em breve propor mecanismos que obriguem à prestação de contas das referidas entidades e a auditorias especializadas e com garante de independência às mesmas.

5 *Proceder a Auditoria à Comissão da Função Pública e à Inspeção-Geral do Estado, sobre recrutamentos ilegais e fim de contratos, sem justificação.*

Quer no que se refere à Comissão da Função Pública, quer à Inspeção Geral do Estado, estão já em preparação os termos de referência necessários para levar a cabo as auditorias a essas duas entidades.

Estas auditorias irão assentar numa verificação da qualidade e da legalidade da gestão praticada pelos atuais dirigentes destes serviços e constarão de um exame muito rigoroso e sistematizado das atividades levadas a cabo por estes dois serviços importantíssimos do Estado, pelo que irão essencialmente, assentar em auditorias de gestão e jurídica.





6 *Proceder a Auditoria à fraude eleitoral, cometida pela Administração Eleitoral, nas recentes Eleições Parlamentares, para salvaguardar o Estado de Direito Democrático.*

Foi realizado um processo de avaliação à organização e funcionamento do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) e às atividades desenvolvidas por este nos últimos processos eleitorais, identificando-se a necessidade de proceder a um novo processo de recenseamento eleitoral, para atualizar fidedignamente a informação constante na Base de Dados do Recenseamento Eleitoral.

Com a finalidade de garantir um resultado seguro e confiável e a integridade e a autenticidade do processo eleitoral, os processos de recenseamento devem ser modernizados, recorrendo-se, por exemplo, ao uso de dados biométricos dos eleitores, no sentido de excluir a hipótese de fraude e salvaguardar a representação genuína e democrática dos eleitores timorenses.

Deste processo de avaliação resulta ainda a necessidade de fortalecer o quadro jurídico que rege os processos eleitorais, nomeadamente através da criação de um Código Eleitoral.

7 *Reestruturar a Direção do TIMOR GAP e da ANPM, para garantir maior eficiência no setor do petróleo, crucial para o desenvolvimento do país.*

O Conselho de Ministros aprovou a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2011, de 27 de julho, TIMOR GAP - Timor Gás & Petróleo, E.P. Esta alteração visa corrigir imprecisões e falhas detetadas, bem como adaptar a estrutura de governação da TIMOR GAP, E.P. à norma seguida por empresas internacionais e nacionais do setor energético, além de expandir o seu âmbito de atuação para melhor

enfrentar os desafios da transição energética. Foi nomeado Rui Maria Alves Soares, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração e, por inerência, Presidente da Comissão Executiva da TIMOR GAP, E.P. – Timor Gás & Petróleo, E.P (TIMOR GAP), para um mandato de quatro anos. Enquanto empresa pública de referência no setor energético, a TIMOR GAP está mandatada para gerir os investimentos do Estado no setor petrolífero e setores conexos, em conformidade com a política definida pelo Governo.

O Conselho de Ministros aprovou também a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2008, de 19 de junho, pelo qual é criada a Autoridade Nacional do Petróleo. Com esta alteração, a Autoridade Nacional do Petróleo (ANP) voltará a assumir competências e atribuições exclusivamente centradas em matérias do setor do petróleo e gás e áreas conexas, podendo desta forma focar-se no setor e alocando todos os seus recursos ao desenvolvimento do mesmo, para que este possa contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento económico do país. Foi nomeado Gualdino do Carmo da Silva, para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo da Autoridade Nacional do Petróleo, I.P., para um mandato de quatro anos.

Foi ainda aprovada a criação da Autoridade Nacional de Minerais I.P. (Decreto-Lei n.º 63/2023 de 6 de setembro), e nomeado Rafael Danilson Magno de Araújo para o cargo de Presidente do Conselho Diretivo. Foi também criado o Instituto de Geociências de Timor-Leste I.P. (Decreto-Lei n.º 60/2023 de 6 de setembro), sendo Job Brites do Santos o novo Presidente do Conselho Diretivo. Foi ainda extinta a Companhia Mineira de Timor-Leste, S.A. e criada a Murak Rai Timor, E.P. (Decreto-Lei n.º 64/2023 de 6 de setembro), cujo Presidente da Comissão Executiva e Presidente do Conselho de Administração é José Manuel Gonçalves.

8 *Reestruturar a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), pela falta de integridade e profissionalismo.*

Foram elaborados o relatório e a proposta de reforma estrutural da PCIC para o aprimoramento de diversas áreas com vista à excelência e eficiência na aplicação da justiça. Áreas fundamentais para o cumprimento deste objetivo, tais como a formação especializada e capacitação; a modernização tecnológica; a separação de funções; a transparência e responsabilização; a revisão de processos e procedimentos; a interação com a comunidade; o recrutamento de investigadores; a gestão de casos sensíveis; a coordenação entre agências; e a avaliação regular e feedback externo – foram consideradas para a melhoria da qualidade das investigações criminais, e para o fortalecimento e credibilidade da PCIC, contribuindo para fortalecer o sistema judicial no seu todo e promover a qualidade, o rigor e a segurança e a defesa do Estado de Direito.

O Decreto-Lei sobre o Estatuto do Pessoal da PCIC e o Decreto-Lei sobre Alteração aos Estatutos da PCIC encontram-se em fase de preparação.



**PCIC - Polícia Científica
de Investigação Criminal
TIMOR-LESTE**



9 *Consolidar a paz e a segurança, necessárias ao desenvolvimento nacional, garantindo os direitos, liberdades e garantias fundamentais de todos os cidadãos.*

Foram iniciadas pelo novo Governo várias iniciativas e reformas para consolidar a paz, a estabilidade e a segurança no país, condições fundamentais ao desenvolvimento nacional. Destacam-se, sobretudo, as reformas relacionadas com a segurança interna, migração, controlo de fronteiras, proteção civil e segurança rodoviária, mas também as de outros setores de governação, incluindo o setor da justiça.

10 *Rever de imediato o processo ilegal de aposentação forçada a dezenas de elementos da PNTL.*

O Conselho de Ministros, por Resolução do Governo, aprovou a reintegração de 158 polícias da PNTL. O Governo procedeu à reintegração destes polícias da PNTL, e à compensação pelo tempo em que permaneceram na situação de aposentação.

11 *Reformar e reestruturar, de imediato, o Serviço Nacional de Inteligência, para garantir integridade e profissionalismo nesta instituição.*

O Serviço Nacional de Inteligência iniciou já a sua reestruturação, tendo começado por ver alterado o seu quadro dirigente. A 5 de setembro de 2023, realizou-se a Cerimónia de Transferência de Poderes da Liderança do SNI. A nova liderança é composta pelo Diretor-geral Longuinhas Monteiro, e pelo Diretor-geral adjunto, Egas Moniz.

Está em processo de análise, no âmbito do procedimento legislativo do Governo, um diploma que altera o estatuto do Serviço Nacional de Inteligência, reformulando-o e reestruturando os seus serviços.

12 *Alertar todos os Agentes da PNTL, que foram jurar para servir um determinado partido, para que renunciem aos laços de juramento ou, então, saírem da PNTL.*

Foram promovidas ações de sensibilização e formação aos agentes da PNTL, bem como reuniões com os altos dirigentes da PNTL, incluindo uma visita do Primeiro-Ministro à Academia da PNTL, promovendo-se os altos valores da integridade, profissionalismo e isenção política ou partidária.

A imparcialidade é uma característica obrigatória dos profissionais que aplicam a lei, pois estes devem tratar todos os cidadãos de maneira justa e igual, independentemente de suas afiliações políticas. Este é um aspeto essencial para manter a confiança e a integridade no sistema de justiça, e vai levar a que os agentes da PNTL se foquem na aplicação imparcial das leis e na proteção da segurança e dos direitos de todos os membros da sociedade, independentemente das suas crenças políticas.

13 *Proceder à eliminação imediata do brutal aumento de impostos aprovados em janeiro de 2023.*

O Governo ajustou as taxas de imposto seletivo de consumo e dos direitos aduaneiros de importação aplicáveis em 2023. Foi eliminada a taxa de imposto seletivo de consumo sobre o açúcar, bem como o aumento dos direitos aduaneiros de importação, voltando a aplicar-se a taxa anterior de 2,5%.





14 *Auditar e rever, sempre que necessário, os grandes “negócios” efetuados no final do mandato do anterior governo.*

O Governo constituiu diversas equipas de trabalho para auditar e rever alguns dos “grandes” negócios efetuados em nome de Timor-Leste pelo VIII Governo no final do seu mandato.

Alguns desses negócios foram celebrados após as eleições parlamentares, encontrando-se o anterior Governo, nos termos da lei, com poderes de mera gestão. Assim, impôs-se auditar e rever esses “negócios”, dando-se prioridade àqueles que têm maior impacto nas contas públicas, no desenvolvimento e na estabilidade social. Como exemplo, pode referir-se o contrato para reabilitação da pista do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato e o contrato de aquisição da Timor Telecom.

Nesses, tal como nos restantes contratos que estão a ser auditados, o Governo decidirá se os mesmos devem prosseguir ou, caso se detete alguma ilegalidade ou irregularidade, se os mesmos devem ser revistos ou se o interesse público determina que terminem.

15 *Garantir a imediata disponibilidade de todos os medicamentos necessários aos hospitais e centros de saúde.*

O Governo criou o Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (FPM), através do Decreto-Lei n.º 56/2023, para adquirir, designadamente por importação, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, produzir produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, assegurar o controlo de qualidade dos bens adquiridos ou produzidos pelo instituto e assegurar as melhores práticas de armazenamento e distribuição ao Serviço Nacional de

Saúde, e a sua revenda às farmácias e unidades privadas de saúde nacionais, quando necessário.

O Governo procedeu ainda ao levantamento das necessidades em termos de medicamentos e de outros produtos médicos e farmacêuticos em falta nos hospitais, centros de saúde e laboratórios, e procedeu à celebração de um contrato para fornecimento urgente de todos os medicamentos em falta. O contrato, no valor de 5,9 milhões de dólares americanos, aguarda visto pela Câmara de Contas.

16 *Transformar a merenda escolar numa verdadeira refeição “quente” e nutritiva para as crianças.*

O Ministério da Educação tem desenvolvido um trabalho de coordenação com agências internacionais, como o PAM, a CARE Internacional e a FAO. O Ministério já levou a cabo ações de observação e monitorização em escolas nacionais e municipais, para recolha de informações sobre a implementação do Programa de Merenda Escolar. Entre os meses de julho e setembro, o Governo continuou as atividades de formação e de distribuição dos Guias de Implementação aos Diretores, Coordenadores e Equipas de Gestão do Programa nas escolas. Neste último trimestre, foram ainda identificadas escolas cujas instalações de cozinha, casas de banho e acesso a água potável estão em más condições, acelerando o processo de distribuição de material de apoio.

17 *Melhorar as condições de assistência e tratamento aos deficientes no Centro de Reabilitação Nacional e, no futuro, criar centros análogos em todos os Municípios.*

O Governo estabeleceu o Conselho Nacional para Pessoas com Deficiência, incluindo





o seu Secretariado. O Conselho Nacional irá, entre outras coisas, procurar implementar os seguintes objetivos: estimular a criação de negócios autossustentáveis para cidadãos com deficiência; construir infraestruturas com acessibilidade e proporcionar equipamentos em instituições públicas com acessibilidade facilitada; desenvolver programas de apoio para as famílias e comunidades onde estejam integradas pessoas com deficiência; criar condições adequadas no Centro de Reabilitação Nacional, estendendo estes centros a todos os Municípios, estando atualmente em estudo e processo de identificação as localidades para a criação dos centros nos municípios.

Foi efetuada uma auditoria ao Centro Nacional de Reabilitação, pelo Gabinete de Inspeção e Auditoria do MSSI, que levou à exoneração da Diretora e Subdiretores do Centro Nacional de Reabilitação e, em coordenação com a Comissão da Função Pública, foi nomeada a nova Direção, com o objetivo de efetivamente promover a reabilitação das pessoas com deficiência, através da prestação de serviços especializados, bem como a inclusão e a promoção dos seus direitos, de forma a garantir a igualdade de oportunidades, o combate à discriminação e a participação das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social. Está também em curso o processo de melhoria do espaço físico do Centro Nacional de Reabilitação de Becora.

18 *Proceder ao levantamento das principais necessidades de manutenção de estradas e de normalização das ribeiras em todo o país, para se iniciarem, no próximo ano, as obras de reabilitação urgentes.*

O Governo identificou e avaliou todos os projetos e obras de infraestruturas em curso, de modo a permitir a devida correção e reestruturação do plano de infraestruturas, com destaque para o levantamento efetuado relativamente ao estado das estradas no país e para as ribeiras que precisam de ser normalizadas, antes de iniciar a época das chuvas.

Assim, para além do levantamento efetuado a todos os projetos e obras de infraestruturas em curso no país, e do levantamento das principais necessidades na manutenção das estradas, procedeu-se ainda à limpeza de drenagens e normalização das ribeiras da cidade de Díli, não só pelo IGEADI, mas também por funcionários e empresas contratadas, por forma a prevenir as inundações recorrentes em Díli, na época das chuvas.

O Conselho de Ministros, por Resolução do Governo, aprovou ainda o plano de intervenção, com carácter de urgência, de reabilitação e reconstrução das infraestruturas afetadas pelas calamidades ocorridas entre os dias 2 e 7 de julho de 2023, em oito municípios nacionais.



Principais Realizações

Em cumprimento do mandato que foi concedido pelo Povo, o IX Governo Constitucional assumiu ainda uma série de compromissos, onde pretende prosseguir com o desenvolvimento do capital social, o desenvolvimento das infraestruturas, o desenvolvimento do setor da economia, com a consolidação governativa e com a boa governação e combate à corrupção. Sobre estas medidas, foram alcançadas as seguintes realizações nos primeiros 120 dias de governação:

Prosseguir com o Desenvolvimento do Capital Social

“A verdadeira riqueza de qualquer Nação é a força do seu povo. A maximização da saúde, educação e qualidade de vida gerais do povo timorense é essencial para se conseguir uma Nação justa e desenvolvida”.

Garantir a qualidade de professores no sistema de ensino

O Governo efetuou um exercício profundo de análise de professores contratados, em conjunto com a Comissão da Função Pública, por forma a finalizar o processo de cerca de 5.009 professores que irão ser colocados no regime especial. O Governo pretende garantir recursos humanos suficientes e adequados ao exer-

cício das suas funções no setor da Educação, promovendo a qualificação e a colocação de acordo com as necessidades reais do país.

O Governo está ainda a promover o Estatuto da Carreira Docente, de forma a assegurar a qualidade do ensino e dos professores, promovendo meios de seleção, aferição e afetação de recursos com base no mérito e profissionalismo e adaptados às necessidades nacionais.

Reestruturação do Quadro de Pessoal no Setor Educativo

Em conformidade com o Regime Jurídico do Sistema Nacional do Ensino Básico e Secundário e da Educação Pré-Escolar e dos Programas de Educação Infantil, o Ministério da Educação está a identificar o número de professores colocados nas instituições públicas de ensino para garantir a distribuição correta de professores e educadores nas escolas em todo o território, para que não haja situações com docentes a mais e outras com docentes a menos.

Deste exercício a ser finalizado até ao final do ano, resultará ainda a leitura correta do quadro de pessoal do sistema educativo e das necessidades de recrutamento de professores para o próximo ano.

Revisão das infraestruturas escolares e reforço de implementação do programa BEST (Basic Education System Transformation)

Em parceria com o Banco Mundial, está em curso um programa de construção de infraestruturas escolares que tem vindo a sofrer atrasos consecutivos. O IX Governo, através do Ministério da Educação, desenvolveu esforços para identificar os problemas e irregularidades que estão a atrasar este programa, redefinindo

estratégias e melhorando a coordenação interministerial para acelerar o processo.

Assim, pretende-se que até 30 de junho de 2025, esteja concluído o novo parque escolar, com 10 novas escolas a serem iniciadas em 2023, e 69 em 2024. No âmbito do programa BEST, estão ainda contemplados aspetos de formação, acompanhamento pedagógico a professores em áreas rurais, impressão de livros, revisão curricular do 1.º e 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, assim como o desenvolvimento do programa SIGE/EMIS para a descentralização da gestão escolar, estando todos estes projetos em curso.

Finalmente, foram ainda elaborados os desenhos e conteúdos para 30 livros para as bibliotecas de turma, para promover o gosto e a facilidade de leitura e promover a literacia nas crianças.

Revisão do Currículo do 3.º Ciclo do Ensino Básico

Foi iniciada a análise e revisão do currículo do 3.º Ciclo do Ensino Básico, através de apoio técnico competente com a devida avaliação de todas as disciplinas, o qual deverá estar concluído em dezembro deste ano. O Governo quer garantir que todos os alunos têm acesso a manuais e materiais escolares adequados para o desenvolvimento de competências do século XXI.

Conclusão da avaliação e análise do Programa Eskola iha Uma

Foi concluído o processo de avaliação e análise da implementação do Programa *Eskola iha Uma*, para crianças entre os 3-7 anos que ainda não tiveram acesso ao ensino básico. Este programa vai sofrer uma reestruturação para a melhor preparação das crianças para o en-

sino formal (“*school readiness*”), incluindo os conteúdos dos materiais de aprendizagem e as estratégias de implementação.

Fortalecimento das Escolas EMULI para a educação inclusiva

Foram desenvolvidos esforços para conseguir financiamento para a continuação da implementação do programa EMULI, e o recrutamento de um novo coordenador para este programa, de forma a conseguir que este esteja em vigor até 2026. Está ainda previsto a expansão do programa a mais municípios. Também neste sentido, com vista a uma educação inclusiva, o INFORDEPE desenvolveu uma ação de formação aos professores da EMULI.

Melhoria da gestão escolar

Para a melhoria da gestão escolar, foi revisto o processo de concessões escolares do ensino básico, incluindo das escolas básicas privadas, e desenvolvido o processo de aprovisionamento de computadores e motorizadas, para apoio às escolas básicas centrais e ao ensino secundário.

Melhoria da nutrição nas escolas

Para além do Programa Merenda Escolar, que visa garantir que todas as crianças têm uma refeição nutritiva para melhorar a saúde e o rendimento escolar, o Ministério da Educação com a CARE-Internacional, e também com o apoio do programa HATUTAN, iniciaram um programa de formação sobre nutrição no âmbito da merenda escolar. Neste sentido, foi distribuída às escolas a revista “*lafaek*” sobre o tema de nutrição.

Ainda para assegurar que o Programa Merenda Escolar é nutritivo e saudável, o Ministério da Educação desenvolveu mecanismos

de coordenação com a CARE Internacional, com o PAM e FAO, não só para uma melhor monitorização do programa, como para a implementação de manuais e formação sobre os mesmos, de forma a garantir os objetivos do programa.

Timor-Leste participou na Cimeira Global sobre Alimentação Escolar

Timor-Leste participou na primeira Cimeira Global da Coligação de Alimentação Escolar, realizada em Paris, entre 18 e 19 de outubro, com o tema “*Refeições escolares para um futuro mais igualitário e inclusivo*”.

Esta coligação, lançada em 2021 por França e pela Finlândia, com apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM), tem como objetivo assegurar que até 2030 todas as crianças do mundo tenham acesso a refeições escolares saudáveis. Tal como defendido pelo Governo, através da sua medida de “merenda escolar”, é defendido internacionalmente que as refeições escolares desempenham um papel vital não só na saúde e educação das crianças, mas também para a criação de emprego e sistemas alimentares sustentáveis.

Estabelecimento de Mecanismos de Coordenação para a coordenação eficaz dos serviços através da criação da Ação Conjunta para Educação de Timor-Leste (ACETL)

Os órgãos da ACETL são o Ministério da Educação e organizações não-governamentais, de carácter nacional e internacional, para coordenar e partilhar informações sobre a implementação programática, facilitar e partilhar boas práticas e coordenar o apoio financeiro do Ministério da Educação.

Implementação de uma Escola CAFE em todos os Postos Administrativos

Realizaram-se contactos com o Governo português no sentido de consolidar os Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), uma cooperação entre Portugal e Timor-Leste. Foram alcançados progressos na intenção de adaptar a estrutura dos CAFE à estrutura dos órgãos escolares de Timor-Leste, com o currículo em vigor no país, e a vontade de reformular a presença de professores portugueses em Timor-Leste.

Também relativamente às construções de escolas CAFE, o Ministério da Educação tomou providências para acelerar os projetos de construção.

Concessão de terreno pelo Governo timorense à Escola Portuguesa de Díli

Com a identificação do terreno para a construção das novas instalações da Escola Portuguesa de Díli, presente no país desde 2002, esta poderá ser ampliada, permitindo o aumento de número de vagas de alunos e o reforço da educação e da língua portuguesa no país.

Criação da Comissão Coordenadora de Universidades e Institutos Superiores

Foi elaborada a proposta e termos de referência da Comissão de Coordenação das Universidades e Institutos Superiores (CUIS) e aprovado o Regulamento que define as regras de funcionamento e estrutura interna deste órgão consultivo.

Melhoria dos mecanismos de gestão das Instituições do Ensino Superior

Realizou-se o lançamento do Sistema de Gestão de dados do Ensino Superior de Timor-Leste (SGDES-TL), estando em processo a fase de ligação das instituições ao sistema.

O Governo conciliou ainda os resultados dos relatórios de monitorização a todas as Instituições de ensino superior, privadas e públicas (19 instituições).

Mestrado em Educação na UNTL em cooperação com o Brasil

A 18 de agosto de 2023, realizou-se a cerimónia de assinatura dos acordos de cooperação e de implementação do projeto entre Timor-Leste e Brasil para a realização de um Mestrado em Educação na Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL).

Este projeto envolve a colaboração entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) do Brasil e a UNTL para a implementação de um Mestrado em Educação na Universidade timorense, que prevê a vinda de professores da UFSC para Timor-Leste, durante dois anos, para ministrar aulas no referido mestrado. O projeto envolve também a ida de professores timorenses para ações de formação no Brasil.

Assinatura de Acordos de Cooperação para o desenvolvimento dos recursos humanos

Foram preparados e assinados acordos de cooperação com a Universidade de Aveiro, em Portugal, e com o Instituto Politécnico Palembang, da Indonésia, no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, para a formação de quadros timorenses com bolsas de estudo.

Realização de diagnóstico situacional sobre os principais desafios na área da saúde

Foi realizado um diagnóstico sobre os principais desafios encontrados nos diferentes serviços e unidades de saúde, incluindo os serviços centrais e os institutos autónomos que compõem a Administração direta do Estado, no âmbito do Ministério da Saúde, do Hospital Nacional Guido Valadares, do Instituto Nacional de Saúde Pública, do Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos e do Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica.

Criação do Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos

O Governo criou o Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (FPM) para adquirir, designadamente por importação, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, produzir produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, assegurar o controlo de qualidade dos bens adquiridos ou produzidos pelo instituto e assegurar as melhores práticas de armazenamento e distribuição ao Serviço Nacional de Saúde, e a sua revenda às farmácias e unidades privadas de saúde nacionais, quando necessário.

Compra de Medicamentos

O Governo procedeu ainda ao levantamento das necessidades em termos de medicamentos e de outros produtos médicos e farmacêuticos em falta nos hospitais, centros de saúde e laboratórios, e procedeu à celebração de um contrato para fornecimento urgente de todos os medicamentos em falta, por ajuste direto, a partir do antigo SAMES, para o Ministério da Saúde. O contrato, no valor de 5,9 milhões de dólares americanos, aguarda visto pela Câmara de Contas.

Ainda relativamente ao SAMES, foi exonera-do o antigo Diretor Executivo do SAMES e nomeado o Diretor do Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos (INFPM).

Regime Jurídico da Assistência Médica no Estrangeiro

Este diploma estabelece o regime jurídico ao direito a assistência médica no estrangeiro aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde que sejam residentes em Timor-Leste, abrangendo ainda situações em que o beneficiário se encontra transitoriamente no estrangeiro, necessitando de assistência médica urgente e incompatível com a demora no regresso a Timor-Leste.

Erradicação da rubéola em Timor-Leste

A Organização Mundial de Saúde do Sudeste Asiático anunciou, no dia 21 de julho de 2023, que Timor-Leste foi um dos dois países do sudeste asiático a eliminar a existência de casos de rubéola no seu território.

O anúncio foi feito após o encontro da Comissão de Verificação Regional, uma equipa de especialistas independentes, que se reuniu em Bangkok, na Tailândia, em junho. Timor-Leste já tinha erradicado o sarampo em 2018 e agora é reconhecido pela OMS e a UNICEF pelos progressos alcançados ao nível da cobertura nacional de imunização.

A rubéola é uma doença altamente contagiosa, que pode causar sérios problemas de saúde e problemas irreversíveis em recém-nascidos, cujas mães tenham sido infetadas durante a gravidez.

Campanha Nacional de Promoção do Aleitamento Materno

O Ministério da Saúde, em colaboração com a Organização Mundial da Saúde, a UNICEF e outros parceiros, deu início, no dia 11 de agosto de 2023, a uma Campanha Nacional de Promoção do Aleitamento Materno no Suco de Gariuai, no Município de Baucau. A campanha, inserida no âmbito da Semana Mundial do Aleitamento Materno, irá estender-se a todos os municípios nacionais.

Campanha de Doação de Sangue

O Ministério da Saúde, em colaboração com o Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV) e o Gabinete da Organização Mundial de Saúde de Timor-Leste, realizou um evento no dia 25 de julho de 2023, no HNGV, de promoção da doação de sangue e sensibilização para o tema do Dia Mundial do Doador de Sangue deste ano: “*Dar sangue, dar plasma, partilhar a vida, partilhe frequentemente*”.

Combate à Malnutrição em Timor-Leste

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, a 18 de setembro de 2023, presidiu a uma reunião de coordenação com as agências internacionais parceiras do Governo para abordar o problema da malnutrição e do nanismo no país.

Participaram no encontro diversos representantes de agências internacionais, incluindo a JICA, UNICEF, Banco Mundial, KOICA, UE, UNFPA, PNUD, PAM, FAO, OMS, ADB e IFC. A reunião teve como principal objetivo discutir estratégias para enfrentar o problema da malnutrição em Timor-Leste, que atualmente afeta 47% da população. Além da

malnutrição, foram também abordadas questões relacionadas com os desafios enfrentados pelos jovens, tais como o emprego, a educação e a saúde.

Com objetivo de garantir uma coordenação de esforços eficaz e conseguir alcançar todo país, incluindo as áreas rurais e remotas, serão criados um Grupo de Trabalho Técnico Nacional para o Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI) e um Comité de Direção do Programa, com a finalidade de harmonizar e monitorizar os serviços, visando melhorar a eficiência na implementação dos programas, em conformidade com as prioridades do IX Governo Constitucional de Timor-Leste.

O Grupo de Trabalho Técnico fornecerá contributos técnicos para a elaboração de uma Política Multissetorial de DPI e apoiará o Comité Diretivo na coordenação e monitorização da sua implementação.

Programa de combate à malnutrição em Timor-Leste, com o apoio do Reino Unido

A Ministra para o Indo-Pacífico do Reino Unido, Anne-Marie Trevelyan, esteve em visita oficial a Timor-Leste, de 29 de setembro a 2 de outubro, e no decorrer desta visita, participou no lançamento de um programa conjunto do Governo de Timor-Leste, do Governo do Reino Unido e da UNICEF, destinado a combater a malnutrição infantil em Timor-Leste. Financiado pelo Governo britânico, o programa visa capacitar grupos de apoio na comunidade para identificar casos de malnutrição e fornecer aos cuidadores conhecimentos essenciais sobre práticas nutricionais para crianças.

Anne-Marie Trevelyan participou também no evento “Mulheres na Liderança”, resultado da parceria entre o Governo de Timor-Leste e a ONU Mulheres e que conta com financiamen-

to do Reino Unido. Esta iniciativa visa promover a participação das mulheres na segurança, na resolução de conflitos e na formulação de políticas de desenvolvimento.

Aprovação de Acordos de Segurança Social e Mobilidade com Portugal

O Governo aprovou dois acordos com Portugal no setor da segurança social, incluindo um memorando sobre mobilidade de trabalhadores timorenses. Em causa estão um acordo administrativo para a aplicação da Convenção entre Timor-Leste e Portugal sobre Segurança Social e um memorando de entendimento sobre a mobilidade dos trabalhadores timorenses.

O acordo no âmbito da Segurança Social irá permitir que os cidadãos timorenses e portugueses possam beneficiar quer num país, quer noutro, dos mesmos benefícios da Segurança Social de qualquer um dos países.

Reajustamento dos dados do Programa de Bolsa de Mãe Condicional

O Governo procedeu ao reajustamento dos dados de 55.185 beneficiários em doze municípios e RAEOA no âmbito de programa Bolsa de Mãe. Relativamente ao Programa Bolsa de Mãe – Jersaun Foun foram completados os dados para iniciar a expansão do programa para todos os municípios.

Revisão do Plano Estratégico da Secretaria de Estado da Igualdade 2023-2028

Após o levantamento de dados e consulta com os parceiros nacionais e internacionais, a Secretaria de Estado da Igualdade elaborou um esboço do Plano Estratégico para a igualdade de género e igualdade de Timor-Leste para ser implementado entre 2023 e 2028.

A reportar, ainda durante este período, as ações de sensibilização para a liderança das mulheres nos sucos e comunidades, a prevenção contra a violência doméstica e baseada no género, e a Lei do Trabalho Doméstico, incluindo os direitos dos trabalhadores em regime de trabalho doméstico, que são sobretudo desempenhados por mulheres.

Acordo de parceria para disseminação dos direitos da criança e internet segura

O Governo de Timor-Leste, através do Secretário de Estado da Comunicação Social e o Representante da UNICEF em Timor-Leste, assinaram, no dia 11 de setembro de 2023, um acordo que estabelece um plano de trabalho contínuo de dois anos.

Este plano tem uma componente de sensibilização para uma utilização de internet saudável e outra de capacitação de recursos humanos e fornecimento de equipamentos das estações de rádios comunitárias nacionais, com vista à criação e disseminação de informações éticas e atualizadas sobre os direitos da criança.

Proteção dos direitos da criança

Para além da promoção e participação na Conferência Internacional sobre a “Reforma dos Cuidados da Criança, Promoção e Defesa do desenvolvimento Integral das Crianças de Timor-Leste”, bem como na Conferência “Assigura Assistência urgente para Crianças e Jovens em risco”, ambos com o objetivo de defender os direitos das crianças e proporcionar bem-estar e desenvolvimento, continuou-se ainda a proteger e promover os direitos da criança do ponto de vista jurídico, financeiro e institucional. Continuou-se também a desenvolver programas de sensibilização e consciencialização da sociedade e de inclusão social.

Plano Estratégico do Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança (INDDICA)

Foi finalizado o Plano Estratégico do INDDICA para o período de 2024 a 2028 e deu-se continuidade às ações de sensibilização sobre a defesa dos direitos da criança (que inclui, entre outros, necessidade de apoio psicológico, casos de violação sexual, violência física e psicológica sobre crianças, questões de poder paternal, e questões de crianças órfãs). Também estão em curso questões relacionadas com o apoio escolar e acesso à merenda escolar, e o reforço da advocacia dos direitos das crianças.

Promoção da Declaração de Maubisse 2023-2028

Realizou-se a celebração do Dia Mundial da Mulher em Áreas Rurais sobre o tema “*Mulher pronta a Liderar, para a saída da Fome e da Pobreza*” com o objetivo de empoderar as mulheres nas zonas rurais no seu próprio processo de desenvolvimento. Outros programas que visam promover os direitos e as condições das mulheres continuaram a ser implementados, desde o combate à violência doméstica, a implementação do orçamento por programas sensíveis ao género, o apoio a mulheres mães e educadoras, e o apoio ao empreendedorismo e criação de rendimentos para mulheres.

Estabelecimento de Centros de Atendimento para idosos em cada Posto Administrativo

Para levar a cabo as medidas deste Governo de criar condições de vida melhoradas a estes cidadãos que são os heróis vivos da Nação, foram criadas as condições para estabelecer Centros de Atendimento nos Postos Administrativos, onde se irá apoiar os idosos. Neste sentido, também está em curso um programa

de levantamento dos idosos com mais de 70 anos, enquanto se continuam a prestar apoios pecuniários e a desenvolver campanhas junto das famílias e comunidades para sensibilização sobre esta camada da população. Está ainda em curso a criação de programas de terapia ocupacional para idosos, para ocupação de tempos livres e integração nas comunidades.

Nomeação do novo Presidente do Instituto Nacional de Combate ao HIV/SIDA I.P. (INCSIDA)

Foi nomeado Daniel Marçal como Presidente do Instituto Nacional de Combate ao HIV/SIDA I.P., que se encontra a avaliar e a monitorizar a atividade do Instituto, a fim de traçar novos objetivos para a instituição.

Durante o período a que se refere este relatório, deu-se continuidade aos trabalhos de sensibilização, monitorização, prevenção e apoio às pessoas infetadas.

Melhoria das condições de vida de pessoas portadoras de deficiência

Para melhorar as condições de assistência aos deficientes e pessoas com necessidades especiais, o Governo estabeleceu o Conselho Nacional para Pessoas com Deficiência, incluindo o seu Secretariado, que irá trabalhar no sentido de criar condições de vida mais sustentável para esta camada vulnerável da população. O Conselho Nacional irá, entre outras coisas, procurar implementar os seguintes objetivos: estimular a criação de negócios autossustentáveis para cidadãos com deficiência; construir infraestruturas com acessibilidade e proporcionar equipamentos em instituições públicas com acessibilidade facilitada; desenvolver programas de apoio para as famílias e comunidades onde estejam integradas pessoas com deficiência; criar condições adequadas no

Centro de Reabilitação Nacional, estendendo estes centros a todos os Municípios.

Validação do registo de dados Veteranos 2009

O segundo registo de dados dos veteranos 2009 foi validado com sucesso para todos os Municípios e RAEOA. Os veteranos e mártires da nação, continuam a ser honrados e homenageados através de várias ações que vão desde a edificação de monumentos, a apoios aos próprios ou às suas famílias.

Apoio às Associações de Arte e Cultura do País

As Associações de Arte e Cultura foram apoiadas pelo Governo no sentido de encorajar jovens talentosos, em diversas áreas da arte e cultura, com o objetivo de afirmar a identidade timorense e promover a sua participação nos fóruns internacionais.

Lançamento da Exposição Permanente do “Tais Timor”

A exposição permanente do “Tais Timor”, inaugurada em 25 de agosto de 2023, pretende promover a identidade cultural nacional. Esta exposição encontra-se patente na Secretaria de Estado da Arte e Cultura, sob o tema “*Exográfico Tais, Têxtil Tradicional de Timor-Leste - Património Cultural Imaterial*”, desde o dia 28 de agosto de 2023. Esta exposição foi organizada pela Secretaria de Estado da Arte e Cultura com o apoio da UNESCO, ONU Mulheres, Timor AID e Fundasaun Alola, com o objetivo de contribuir para a preservação e promoção da herança cultural, especialmente o tais, destacando-se a relevância do sentimento de

pertença à cultura timorense, e da defesa da identidade nacional, reforçada pelas tradições e cultura.

Participação dos atletas nacionais nos Jogos Asiáticos em Hangzong, China

O Governo apoiou a participação de 61 atletas e oficiais nos Jogos Asiáticos que decorreram na China, em setembro de 2023. Foi uma participação digna e com os resultados esperados.

Reorganização das atividades das Artes Marciais e resolução de conflitos entre as Organizações de Artes Marciais¹

Foi apresentado o Decreto-Lei que estabelece a Comissão Reguladora das Artes Marciais como instituto público de administração indireta do Estado, para que a organização passe a estar na administração direta do Estado. Foram também organizados encontros entre as organizações de Artes Marciais e aplicadas sanções aos grupos intervenientes em conflitos.

Com a reorganização da nova estrutura e a solução de conflitos, espera-se que as artes marciais no país decorram de forma pacífica e promovam a coesão e a estabilidade nacionais.

Nomeação dos membros da Comissão Nacional do Desporto

Para a promoção do desporto a nível nacional foram nomeados os membros da Comissão Nacional do Desporto e reposto o apoio na atribuição aos prémios para os atletas em competições internacionais, em especial os atletas dos Jogos Olímpicos Especiais.

¹ O Governo, no dia 10 de novembro de 2023, determinou a suspensão do ensino, aprendizagem e práticas de artes marciais e a adoção de medidas com vista a assegurar a ordem pública.

Visita de Manny Pacquiao a Timor-Leste

O ex-pugilista Manny Pacquiao visitou Timor-Leste durante 2 dias, com uma agenda programada pelo Ministério da Juventude, Desporto, Artes e Cultura, que incluiu encontros com autoridades e representantes do boxe local. Esta visita serviu para motivar os atletas timorenses desta modalidade.

Construção do novo edifício da RTTL e fortalecimento das suas capacidades operacionais

No dia 11 de agosto de 2023, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Japão assinaram um Acordo de Troca de Notas, no valor de aproximadamente US\$ 6 milhões, com o objetivo de apoiar o fortalecimento das capacidades operacionais da Rádio e Televisão de Timor-Leste (RTTL) e para construção do seu novo edifício definitivo. A cerimónia de assinatura decorreu nas instalações das Nações Unidas, em Díli. O edifício da RTTL, que foi afetado por graves inundações, tem estado a sofrer arranjos provisórios, sendo expectável que esteja operacional no primeiro trimestre de 2024.

Acesso à informação para além da capital do país

Foi assinado um contrato com todos os meios de comunicação nacionais impressos (5) para a aquisição de exemplares de jornais que irão ser distribuídos pelos Municípios.

Pograma televisivo “Governo Rona”

Foi assinado um contrato com os meios de comunicação social televisivos (2) para a produção de um programa mensal intitula-

do “Governo Rona”, contribuindo para a auscultação da sociedade civil sobre a atividade governativa, e para a transmissão de um conjunto de documentários produzidos pela SECOMS, contribuindo para a disseminação de informação sobre a ação governativa. Também neste sentido, foi assinado um contrato com os meios de comunicação on-line (18), para a divulgação da atividade governativa e o apoio indireto a esses meios de comunicação.

Formação em português de jornalistas e profissionais de comunicação do Governo

Foi iniciada uma formação intensiva de português de 200 horas a jornalistas e assessores de imprensa e oficiais de comunicação do Governo, pelo Consultório da Língua para Jornalistas.

Parceria com a UNICEF para apoiar rádios comunitárias e internet segura

A Secretaria de Estado para a Comunicação Social e a UNICEF firmaram um acordo que beneficia 18 rádios comunitárias do país. O apoio consiste em fornecer equipamentos (computadores, estabilizadores de energia, gravadores e outros) e também formações específicas que visam aprimorar e atualizar as competências jornalísticas dos profissionais de comunicação social. O acordo contempla ainda a promoção o uso da internet de uma forma saudável junto dos estudantes.

Serviço de Apoio à Sociedade Civil

Foram assinados cerca de 150 Memorandos de Entendimento com os grupos, Associações, Fundações e Grupos Religiosos, na sequência do trabalho realizado pela governação ante-

rior. Para além disso, tem sido desenvolvido um trabalho substancial de monitorização e supervisão das obras que foram alocadas anteriormente, através de projetos atribuídos, especificamente em obras de igrejas protestantes e algumas capelas.

po das comunicações e informática entre as partes, fornecendo, em conformidade com as leis e regulamentos vigentes dos dois países, um enquadramento para o desenvolvimento de cooperação no campo das comunicações e informática em Timor-Leste.

Política Nacional da Habitação e o programa Uma ba Ema Kbiit Laek

A Implementação do Programa *Uma ba Ema Kbiit Laek* (UKL) é uma estratégia de desenvolvimento sustentável para promover a prosperidade social e económica a fim de modificar e melhorar a qualidade de vida e os meios de subsistência da comunidade, através de participação da comunidade no seu próprio desenvolvimento. O Governo vai construir casas dignas para toda a população mais carenciada de Timor-Leste, mas corrigindo as irregularidades encontradas neste processo, para uma implementação rigorosa e transparente deste programa. O programa está assim suspenso até que possa ser retomado com responsabilidade e eficiência.

Foi efetuado um levantamento completo e de todos os estudos sobre o setor da habitação, incluindo os projetos desenvolvidos e as necessidades de habitação comunitária, para o desenvolvimento do esboço da Política Nacional de Habitação a ser apresentada em Conselho de Ministros até ao final do ano.

Assinatura de Acordo com o Ministério das Comunicações e Informática da Indonésia

O Conselho de Ministros deliberou autorizar a assinatura do acordo com o Ministério das Comunicações e Informática da República da Indonésia que visa expandir e aprimorar a coordenação e cooperação bilaterais no cam-



Prosseguir com o Desenvolvimento das Infraestruturas

“Um pilar central do Plano Estratégico de Desenvolvimento é a construção e a manutenção de um leque de infraestruturas produtivas”.

Concluir a construção e instalação do Cabo de Fibra Ótica

O processo de construção e instalação do Cabo Submarino de Fibra Ótica, iniciou-se com um concurso público para a instalação do Cabo Submarino através da CNA. A empresa ASN já realizou um estudo ao fundo do mar e atualmente encontram-se em produção o cabo submarino, a unidade de ramificação (*Branching Unit - BU*), a ROADM (*Reconfigurable Optical Add/Drop Multiplexer*) e 8 repetidores. Este projeto é financiado pelo Orçamento Geral do Estado.

Sob o mandato do IX Governo Constitucional, através da CNA, foi concluído o processo de aprovisionamento para a construção das caixas de visita (*Beach Manhole*) pelas empresas RMS e DXN para a instalação da estação terrestre (*Cable Landing Station*) em Bebonuk, Díli. Em 22 de setembro de 2023, o MTC assinou um contrato com a RMS e a DXN.

Para os trabalhos essenciais que se seguirão, é necessária a criação de uma Agência do Estado para gerir a rede de fibra ótica no futuro.

Aumentar a Banda Larga de 200 Mbps para 1 Gbps.

A fase 7 do Projeto de Conectividade Nacional – PCN – já foi concluída durante o mandato do do governo anterior. **O orçamento da fase 7 do PCN é financiado pelo Fundo das Infraestruturas.** O objetivo do Projeto de Conectividade Nacional - PCN é aumentar / expandir as 230 ligações das agências do governo e instituições do Estado e edifícios públicos, a nível nacional e nos municípios, incluindo Hospitais e alguns Centros de Saúde,

aumentando o número de beneficiários deste projeto para 599.

O processo de concurso já foi concluído, pelo que, o IX Governo Constitucional aumentou a Banda Larga de 200 Mbps para 1 Gbps. Assim, a partir de 31 de agosto de 2023, às 00h00, o MTC fez o lançamento da ligação de internet com capacidade de 1 Gbps. A fase 7 do Projeto de Conectividade Nacional - PCN permite, também, assegurar o programa do IX Governo Constitucional relacionado com a governação eletrónica.

Alargamento do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato

O projeto do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato está a ser revisto. O Governo decidirá em que termos o mesmo deve prosseguir ou se o interesse público determina que o mesmo não se execute.

Extinção da ANAS, I.P. e da ANE, I.P.

Os dois Institutos Públicos, a Autoridade Nacional para a Água e Saneamento (ANAS, I.P.) e a Autoridade Nacional para a Eletricidade (ANE, I.P.), foram extintos e as suas competências transferidas para Direções-Gerais na dependência do Ministério das Obras Públicas, com o objetivo de maior eficiência e eficácia dos processos administrativos, a redução da burocracia nos serviços, um planeamento mais integrado e eficaz, o que se irá traduzir numa melhor prestação de serviços dos setores da água e saneamento e da eletricidade.

Vigilância e preservação do sistema de abastecimento de água

O Conselho de Ministro aprovou, através de Resolução de Governo, a necessidade de vi-

gilância e preservação do sistema de abastecimento de água e com prioridade à rápida resolução do problema de abastecimento, com a avaliação e reabilitação das infraestruturas de canalização existentes, bem como a sua eventual reconstrução, garantindo um fornecimento de água adequado à população. As autoridades públicas competentes foram também incumbidas a coordenar iniciativas de sensibilização sobre a importância da poupança e do uso responsável da água e das infraestruturas de canalização.

Produção de eletricidade a partir de energias renováveis

Encontra-se em fase de elaboração uma intervenção legislativa que crie o regime jurídico da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, nomeadamente a autoprodução e a produção para injeção na rede e venda à EDTL, E.P., para revenda aos seus consumidores e a criação das comunidades de energia renovável.

Intervenções em infraestruturas de carácter urgente

O Conselho de Ministros, por Resolução do Governo, aprovou o plano de intervenção, com carácter de urgência, de reabilitação e reconstrução das infraestruturas afetadas pelas calamidades ocorridas entre os dias 2 e 7 de julho de 2023, em 8 municípios nacionais. Após o levantamento técnico dos estragos, concluiu-se que 30 pontos do território necessitavam de intervenção de emergência e imediata, encontrando-se o processo em fase de contratação para a implementação, sendo a estimativa que alguns trabalhos estejam concluídos até ao final deste ano.

Identificação de irregularidades nos projetos de infraestruturas em curso

Após um levantamento técnico detalhado e da análise à documentação de apoio, foram identificados inúmeros projetos com irregularidades, sobretudo em projetos de reabilitação e construção de estradas, construção de pontes, e construção de paredes de contenção. Foram ainda identificados projetos abandonados por falta de controlo técnico, projetos que não foram submetidos à avaliação da ADN, e projetos finalizados, sem que os pagamentos tenham sido feitos pela anterior governação. Estão em curso inspeções e auditorias pelo novo Governo, com vista à regularização e reestruturação dos mesmos.

Auditorias ao Laboratório Nacional e IGEADI

Ainda relativamente ao levantamento, análise e avaliação de irregularidades no setor das infraestruturas, foram identificadas fragilidades nos Serviços do Laboratório Nacional, nomeadamente a falta de inventariação, e no Instituto de Gestão dos Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas, I.P. (IGEADI), estando em consideração a realização de auditorias e investigação. É importante sublinhar que parte das competências do IGEADI é o desassoreamento dos rios e ribeiras e a estabilização das margens e taludes.

Melhoria da gestão na prestação de serviços do setor das infraestruturas

Foi efetuada uma análise profunda à prestação de serviços do setor, concluindo-se a necessidade de melhorar o sistema de planeamento, a administração dos funcionários e a gestão do património e procedimentos administrativos. O Governo está assim a reformar o sistema de planeamento para que este seja integrado,

com o estabelecimento da Unidade de Planeamento e Monitorização e da Unidade de Inspeção e Verificação.

Projeto de Infraestruturas Comunitárias para a Resiliência

O Governo de Timor-Leste assinou um acordo para o Projeto de Infraestruturas Comunitárias para a Resiliência, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Japão, numa cerimónia decorrida no dia 12 de outubro de 2023.

O projeto, a ser implementado, entre 2023 e 2027, conjuntamente pelo Ministério da Administração Estatal e pelo PNUD, tem como objetivo apoiar comunidades em três municípios (Ermera, Bobonaro, Liquiçá) e na Região Autónoma Especial de Oe-Cússe-Ambeno, através da construção e reabilitação de 40 unidades de infraestruturas comunitárias. Isto irá permitir melhorar o acesso a serviços essenciais como saúde, educação, mercados, irrigação, água e saneamento. O projeto irá também promover a criação de emprego a curto prazo para as comunidades, envolvendo trabalhadores qualificados e não qualificados no processo de construção.

Levantamento das principais necessidades de manutenção de estradas e de normalização das ribeiras em todo o país

Para além do levantamento efetuado a todos os projetos e obras de infraestruturas em curso no país, e do levantamento das principais necessidades na manutenção das estradas, procedeu-se ainda à limpeza de drenagens e normalização das ribeiras da cidade de Díli, não só pelo IGEADI, mas por funcionários e empresas contratadas, por forma a prevenir as inundações recorrentes em Díli, na época das chuvas.



Prosseguir com o Desenvolvimento da Economia

“Timor-Leste é um País de baixos rendimentos com um setor privado emergente, com diversificação económica limitada e concentrado sobretudo na produção agrícola. Todavia, o nosso País possui oportunidades económicas consideráveis e um potencial forte para se tornar uma Nação com rendimentos médios”.

Levantamento do sistema de irrigação a nível nacional

Foi efetuado um levantamento sobre o potencial dos esquemas de irrigação, a nível nacional, incluindo as áreas cultivadas e as abandonadas, para aumentar a produtividade do setor agrícola. Estão ainda a ser acompanhados os projetos de construção de esquemas de irrigação no país.

Diagnóstico para a expansão do cultivo do café

Realizou-se um diagnóstico aprofundado sobre as áreas de cultivo de café e potenciais áreas de reabilitação e expansão deste produto agrícola.

Levantamento de dados sobre tratores para apoio à agricultura

Foi efetuado um levantamento exaustivo sobre os tratores alocados aos projetos de agricultura nos 12 municípios e em Oe-Cússe Ambeno, cujo relatório estará pronto em novembro.

Assinatura de Memorando de Entendimento com o Menzies School of Health Research

Este Memorando de Entendimento vem reforçar o controlo de gado no país. Controlar as doenças destes animais irá permitir o desenvolvimento sustentável do setor da pecuária e melhorar os sistemas de saúde alimentar do

país. Isto inclui ainda o apoio à Direção Nacional de Veterinária.

Foi ainda efetuado um levantamento em todos os municípios sobre a produção animal e sobre pastagens e providenciada formação para os beneficiários sobre gestão de produção animal.

Investimento no setor das pescas

Foram desenvolvidos esforços para o desenvolvimento do setor das pescas, junto de parceiros nacionais e internacionais, enquanto se realizou o levantamento dos viveiros em todos os municípios, reativando o centro de viveiro no posto de Vemasse. Ainda no setor das pescas, foram distribuídos barcos e equipamentos de pesca a pescadores e foi iniciada a monitorização da produção de barcos.

Desenvolvimento de florestas comunitárias

Foi iniciado o programa de manutenção de *ai kameli* e de produtos comerciais em várias zonas do país e promovidas ações de formação a grupos de utilizadores de florestas comunitárias.

Reflorestação e sensibilização para o crescimento de florestas de mangais

O Governo para além de ações de sensibilização para a importância da proteção e conservação dos ecossistemas das florestas de mangal junto das comunidades, iniciou um programa de reflorestação de mangais para recuperar a vegetação que existia há décadas e que foi sendo reduzida ao longo dos anos para cerca de metade. Este programa visa ainda promover a biodiversidade marítima e prevenir e mitigar as alterações climáticas.

Medidas para a estabilização do preço do arroz

O Governo, a 17 de outubro de 2023, assinou cinco acordos com empresas importadoras de bens alimentares para implementação da intervenção temporária para a estabilização do preço do arroz no mercado.

Os acordos têm como objetivo assegurar que o preço do arroz importado, comercializado nos armazéns das empresas nacionais de venda a grosso de arroz, seja fixado no montante máximo de 12 dólares americanos por cada saco ou parcela de 25 Kg, de modo a permitir que a venda a retalho seja estabelecida no máximo de 50 centavos por cada quilograma de arroz.

Para cumprir este limite de preço máximo, as empresas nacionais de venda a grosso de arroz ou os operadores económicos nacionais importadores grossistas receberão um subsídio no valor de 5 dólares americanos por cada saco ou parcela de 25 Kg, o que corresponde a 20 centavos por cada quilograma de arroz.

Para aceder ao subsídio, estas empresas devem submeter pedidos de pagamento, acompanhados de cópia autenticada pela Autoridade Aduaneira, comprovando a importação do produto de acordo com as especificações e período definidos pelo Decreto-Lei n.º 76/2023, de 29 de setembro, que estabeleceu esta medida. As cinco empresas que formalizaram o acordo com o Governo são a Perissos Victoria Lda., Loja Creative Furak Lda., Lisun Importação no Exportação Lda., Jusibel Unipessoal Lda no Alfa Dili Unipessoal Lda.

Foi ainda constituído um stock complementar de segurança de arroz, na ordem das 30 mil toneladas, a conservar nos armazéns do Centro Logístico Nacional, destinado à intervenção social em emergências, nomeadamente, inundações, catástrofes nacionais, motivos sanitários, solidariedade social e para o forne-

cimento a empresas grossistas em caso de necessidade.

Reforma e reestruturação institucional do setor do Petróleo e Recursos Minerais

Para efeitos de eficácia e eficiência das instituições da tutela do Petróleo e Minerais, no cumprimento das suas funções, considerou-se necessário uma reestruturação institucional do setor que resultou na divisão da ANPM, I.P. em duas entidades: a Autoridade Nacional do Petróleo ANP, I.P. incumbida da responsabilidade de atuar como autoridade reguladora do setor do petróleo, gás natural e seus derivados; e a Autoridade Nacional dos Minerais (ANM, I.P.), à qual foi atribuída a regulamentação e disciplina do setor dos recursos minerais.

Adicionalmente, o Instituto de Petróleo e Geologia (IPG, I.P.) foi alterado para Instituto de Geociências de Timor-Leste (IGTL, I.P.) com um foco renovado nas geociências.

Também o mandato da TIMOR GAP, E.P., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/2011, de 27 de julho, foi alterado de modo a garantir uma atuação mais eficiente e eficaz. A Companhia Mineira de Timor-Leste foi submetida a um processo de liquidação, e a Murak Rai, E.P. foi estabelecida com o objetivo de atuar na prossecução de atividades mineiras.

Tomada de Posse dos novos responsáveis do Setor do Petróleo e Minerais

A 22 de setembro de 2023, realizou-se a Cerimónia de Tomada de Posse dos novos presidentes das instituições públicas do setor do petróleo e dos recursos minerais.

Estas nomeações e reformas têm como objetivo revitalizar o setor petrolífero de Timor-

-Leste, recuperando o seu dinamismo e estabelecendo relações de confiança com todos os intervenientes, parceiros, contrapartes e demais partes interessadas, em linha com as prioridades estabelecidas pelo IX Governo Constitucional.

Os presidentes recém-empossados para um mandato de quatro anos são:

- Rui Maria Alves Soares, como Presidente do Conselho de Administração e, por inerência, Presidente da Comissão Executiva da TIMOR GAP, E.P. – Timor Gás & Petróleo, E.P. (“TIMOR GAP”).
- José Manuel Gonçalves, como Presidente do Conselho de Administração e, por inerência, Presidente da Comissão Executiva da Murak Rai Timor, E.P.
- Gualdino do Carmo da Silva, como Presidente do Conselho Diretivo da Autoridade Nacional do Petróleo, I.P. (ANP).
- Rafael Danilson Magno de Araújo, como Presidente do Conselho Diretivo da Autoridade Nacional dos Minerais, I.P. (ANM).
- Job Brites dos Santos, como Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Geociências de Timor-Leste, I.P. (IGTL).

Enquadramento Jurídico e Regulatório para a captura e Armazenamento de Carbono

O Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, em parceria com a Autoridade Nacional do Petróleo e a Corporação Financeira Internacional (IFC), organizou um seminário dedicado ao enquadramento jurídico e regulatório para a Captura e Armazenamento de Carbono (CCS) em Timor-Leste.

O evento, que decorreu nos dias 10 a 12 de outubro de 2023, contou com a participação da Autoridade Marítima Nacional e representantes de linhas ministeriais, incluindo Defesa, Interior, Comércio e Indústria, Transportes e Comunicações, entre outras.

O evento teve como principal objetivo promover a discussão sobre como estabelecer um quadro legal que promova o desenvolvimento de projetos CCS no país, para reduzir substancialmente as emissões de dióxido de carbono, fator a que Timor-Leste atribui grande importância, especialmente à medida que o campo de Bayu Undan se aproxima do fim da sua produção.

Este projeto pode contribuir para estimular a economia nacional, fomentar a criação de empregos e aumentar as receitas do Estado, já que permite apoiar a produção de petróleo, enquanto reduz as emissões de dióxido de carbono, isto considerando que há interesse regional em comercializar CCS com Timor-Leste.

Reiniciação do processo do Greater Sunrise

Nos dias 18 e 19 de setembro de 2023, foram realizadas reuniões produtivas com os relevantes *stakeholders* envolvidos no Greater Sunrise, tais como a Woodside Energy e com o Representante Especial da Austrália, Senhor Steve Bracks. Está previsto o recomeço das negociações para muito em breve, envolvendo os Governos de Timor-Leste e da Austrália, bem como a TIMOR GAP, E.P. Estas negociações irão incidir na conclusão do Código de Exploração Mineira do Petróleo, do Regime Fiscal e do Contrato de Partilha de Produção (CPP), apoiados por um Estudo de Seleção de Conceito, a fim de alinhar as expectativas e responsabilidades de todos os stakeholders.

Também o Ministro da Presidência do Conselho de Ministros recebeu em 17 de outubro de 2023, uma delegação da Osaka Gas Australia Pty Ltd, empresa do setor de energia, com investimentos significativos em projetos de petróleo e gás, que integra o consórcio de desenvolvimento dos campos do Greater Sunrise (Sunrise Joint Venture) com uma participação de 10%, juntamente com a TIMOR GAP, com uma participação de 56,6%, e a Woodside Energy, com uma participação de 33,44%.

Durante a reunião, foram abordados os estudos de viabilidade relativos ao desenvolvimento do Greater Sunrise, bem como o processo de negociação com a Austrália sobre o conceito de desenvolvimento dos recursos.

Parcerias Estratégicas do Setor de Petróleo e Recursos Minerais

Foram desenvolvidas iniciativas para melhorar as parcerias estratégicas do setor, nomeadamente a procura de uma solução para a disputa entre a TIMOR RESOURCES e a TIMOR GAP E.P., uma iniciativa que está em conformidade com os esforços de otimizar as operações e garantir que todas as entidades envolvidas trabalham de forma eficaz e cooperativa. Foram igualmente realizadas discussões com a SundaGas para a aquisição do bloco Chuditch.

Elaboração do Plano Estratégico para a Economia Azul

Foi iniciado o desenvolvimento da visão e estratégia para a Economia Azul de Timor-Leste, pelo Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas, com a preparação do Plano Estratégico de Ação, que irá ser apresentação ao Conselho de Ministros para aprovação.

Nomeação da nova liderança da Autoridade do Turismo

Foi nomeado o novo Presidente do Conselho Diretivo da Autoridade de Turismo de Timor-Leste, I.P. (ATTTL, I.P.), Virgílio Simith, e o novo Vogal do Conselho Diretivo da ATTTL, I.P., Ildefonso de Carvalho.

Expo China-ASEAN 2023

Timor-Leste participou na 20.^a Edição da Expo China-ASEAN 2023, entre os dias 14 e 24 de setembro de 2023, na sequência de um convite dirigido a Timor-Leste, pela primeira vez, na qualidade de país observador da organização.

O pavilhão de Timor-Leste exibiu o seu artesanato e instrumentos musicais tradicionais, e também produtos agrícolas como café e arroz. Como uma importante plataforma de cooperação entre a China e a ASEAN, a Expo continuará a desempenhar o seu papel na promoção de uma parceria abrangente entre a China e Timor-Leste, com base na boa vizinhança, confiança e benefício mútuos.

Nomeação de Adidos Comerciais

Foram nomeados os seguintes Adidos Comerciais, a 4 de setembro de 2023:

- Apolo da Silva para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Adido Comercial junto da Embaixada de Timor-Leste em Jacarta, Indonésia;
- Felícia Soares para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Adido Comercial junto da Embaixada de Timor-Leste em Lisboa; e
- Januário Gomes para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Assistente Técnico de Adido Comercial junto do Consulado Geral de Timor-Leste em Kupang, Indonésia.

Revisão e elaboração de diplomas legislativos para a promoção do Comércio e Indústria

Encontram-se em estado avançado de redação os seguintes diplomas legais e textos de política que devem ser aprovados ainda no decorrer deste ano, no quadro do processo de adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio:

- Projeto de Resolução do Governo que aprova a Política Industrial;
- Projeto de Decreto-Lei sobre Bases da Indústria;
- Projeto de Decreto-Lei sobre Licenciamento Industrial;
- Projeto de Proposta de Lei sobre o Código da Propriedade Industrial;
- Projeto de Decreto-Lei que cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);
- Projeto de Decreto-Lei sobre Licenciamento Comercial;
- Projeto de Resolução do Governo que aprova a Política sobre Medidas de Defesa Comercial; e
- Projeto de Decreto-Lei que regula o comércio eletrónico.

Outros diplomas que poderão ser aprovados numa fase de pós-adesão são:

- Projeto de Decreto-Lei sobre Medidas de Defesa Comercial;
- Projeto de Decreto-Lei sobre Procedimentos de Avaliação e Certificação de Conformidade;
- Projeto de Resolução do Governo que aprova o Plano de Ação para a Promoção da Indústria Manufatureira.

Parque Industrial de Ulmera

Estão em progresso os estudos técnicos para o Parque Industrial de Ulmera. Este parque industrial irá ser implantado no Município de Liquiçá, numa área de 49,5 hectares, tendo já sido submetido o respetivo projeto de investimento de capital ao Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico. O Estudo de Viabilidade estima em \$ 29.458.878,38 o custo total do projeto, num cenário de Taxa Interna de Rendibilidade (IRR) de 16,01% e Valor do Lucro Líquido (NPV) na ordem de \$11.040.273,90 por cada ano de exploração.

Parque Industrial de Laleia

Está prevista a construção de um Parque Industrial em Laleia, Manatuto, tendo-se desenvolvido iniciativas para analisar este projeto, proposto pela empresa chinesa Guangxi Yixin Fishery Development, e as eventuais vantagens para o país.

Esta empresa pretende realizar um investimento de cerca de 685 milhões de dólares, a implementar em Laleia, para a construção de um Parque com Porto de Aquacultura, virada para a produção e transformação de frutos do mar (produtos da pesca), tanto para o abaste-

cimento do mercado nacional como para exportação.

Para o efeito, a empresa prevê construir um porto de pesca, um estaleiro naval, virado para a pesqueira, construção e reparação de barcos de pesca, promover a exploração da pesca e demais atividades ligadas à exploração de recursos haliêuticos. O Governo quer, no entanto, garantir a sustentabilidade do projeto, também ambiental, e a transferência de conhecimentos para os cidadãos nacionais.

Micro, Pequenas e Médias Empresas

Procedeu-se ao levantamento de dados de micro, pequenas e médias empresas em todos os municípios, tendo sido contactadas 1.089 microempresas, 109 pequenas empresas e 41 médias-empresas, que empregam 2.997 trabalhadores nacionais timorenses e 420 trabalhadores de outras nacionalidades.

Realizaram-se ainda visitas aos mercados municipais do país e analisaram-se os projetos de construção de Mercados Municipais nos Municípios de Lautém (em Lospalos), Baucau e Ermera. Realizaram-se ainda visitas ao Porto de Tibar e a armazéns de empresas importadoras de arroz.

Concurso de Ideias de Negócios Inovadoras

Os vencedores da IV Edição do Concurso de Ideias de Negócio Inovadoras (*Kompetisaun Negósiu Inovativu*) receberam, no dia 22 de setembro, os respetivos prémios, durante um evento realizado em Díli.

Trata-se de uma iniciativa conjunta do Ministério do Comércio e Indústria, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Agência Coreana de Cooperação Internacional (KOIKA) e Instituto de Apoio ao Desen-

volvimento Empresarial (IADE), um exemplo de trabalho em parceria com o objetivo de promover novos negócios, desenvolver o empreendedorismo e proporcionar oportunidades de emprego e autoemprego sobretudo aos jovens, ao mesmo tempo que contribuem para o crescimento e diversificação económica.

Contactos institucionais para atração de investimento estrangeiro e desenvolvimento do comércio e indústria

Foram realizados uma série de reuniões e encontros, chamados de contactos institucionais e político-diplomáticos, na intenção de manter abertos os canais de diálogo e cooperação com os principais Parceiros de Desenvolvimento, tanto por iniciativa destes, como por iniciativa do Governo. Destes contactos surgiram uma série de iniciativas de investimento no país, criação de emprego, programas de estágio profissional e bolsas de estudo.

O Governo está empenhado em estabelecer contactos com parceiros fidedignos para a produção de resultados concretos em termos de atração de investimento, crescimento sustentável da economia, a sua diversificação e criação de emprego.

Acordo Bilateral de acesso ao mercado de serviços e bens no âmbito da Organização Mundial do Comércio

Timor-Leste e a Indonésia finalizaram, no dia 23 de outubro de 2023, em Genebra, na Suíça, o acordo bilateral de acesso ao mercado de serviços e bens no âmbito do processo de adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio.

Este acordo bilateral de acesso ao mercado de serviços e bens representa um passo significativo para impulsionar o crescimento económico nacional, as relações comerciais e os

esforços de Timor-Leste para se tornar membro da ASEAN, enquanto reforça as relações diplomáticas entre Timor-Leste e a Indonésia.

Realizou-se ainda a VI Reunião do Grupo de Trabalho de OMC, entre 8 e 14 de outubro, para o processo de adesão de Timor-Leste, a qual poderá ser a última reunião deste Grupo de Trabalho, que poderá recomendar a adesão de Timor-Leste à organização multilateral de comércio. As negociações bilaterais foram já concluídas com todos os países interessados, faltando agora apenas a conclusão do processo legislativo de alguns diplomas legais, mas que podem eventualmente vir a ser deferidos para o período pós-adesão.

Assinatura de Memorando de Entendimento com a República Popular da China

Foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Ministério de Planeamento e Investimento Estratégico e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China para o reforço do desenvolvimento económico e social de ambos os países.

Feira do Empreendedorismo Jovem 2023

Decorreu entre os dias 18 e 20 de outubro de 2023, a Feira de Empreendedorismo Jovem 2023, com o tema “*A juventude como agente da mudança: fomentar a criação de emprego e promover a diversificação económica, através da inovação e do empreendedorismo*”.

A iniciativa resulta de uma parceria entre o Ministério do Comércio e Indústria, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA), através do seu projeto YEES, com o objetivo de expor uma estratégia integrada de apoio à criação de emprego, diversificação económica e cresci-

mento empresarial, com a promoção do empreendedorismo.

Neste evento decorreu um diálogo sobre empreendedorismo, que envolveu decisores políticos e empreendedores, um dia de networking empresarial entre jovens empreendedores e representantes de grandes empresas, bem como uma sessão de partilha de informações sobre o acesso a financiamento.

Criação de programas de trabalho sazonal com os países amigos

O Governo aprovou a assinatura de um memorando de entendimento entre Timor-Leste e o Governo do Brunei Darussalam para um programa de envio de trabalhadores de Timor-Leste para aquele país.

Cabrá ao embaixador de Timor-Leste naquele país o apoio na preparação dos trabalhadores nacionais a enviar.

Formação profissional e novo edifício do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional

A 6 de outubro de 2023, teve lugar a cerimónia de Encerramento do Ciclo de Formação 2022/2023 e o início de um novo Ciclo Formativo, do Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional (CNEFP), em Tibar, no Município de Liquiça.

Durante o evento, foram entregues certificados de aproveitamento de Nível I e II a um total de 215 formandos, dos quais 129 são homens e 91 são mulheres, nas áreas de Construção Geral, Hospitalidade e Agricultura.

Foram também concedidos 48 certificados a formandos do Instituto Politécnico de Betano, da Formação Prática de Construção Civil e do Estágio Profissional de Pecuária.

A cerimónia incluiu a abertura da Formação de Construção Geral aos efetivos das F-FDTL e da Formação da Unidade Marítima. Destaca-se que parte destes formandos são militares da Componente Naval das F-FDTL, numa formação apoiada pelo Governo australiano através da Cooperação Técnico Militar DCP (Defense Cooperation Program). Esta formação visa capacitar tecnicamente militares que irão assegurar futuramente a manutenção da frota da Marinha.

No decorrer da cerimónia, foi também lançada a Primeira Pedra da Oficina Polivalente, um edifício de dois andares com uma oficina versátil, adaptável a diversas áreas, contendo salas para formadores e um salão de conferências.

Desenvolvimento do Setor Privado

Foram criados apoios financeiros para associações civis sem fins lucrativos em Timor-Leste que promovam o desenvolvimento do setor privado timorense.

Mapeamento e Identificação das Cooperativas de Timor-Leste

Foram identificadas todas as cooperativas existentes no país, incluindo as apoiadas pelos Parceiros de Desenvolvimento, com a revisão de Memorandos de Entendimento e Acordos estabelecidos.

Plano Estratégico 2023-2030 e Plano de Ação 2023-2028 do Setor das Cooperativas

Tendo sido considerados os desafios, obstáculos, mas também oportunidades, ao desenvolvimento das cooperativas no país, está em curso a definição de estratégias para a implementação dos programas de cooperativas, re-



fletidas no Plano Estratégico 2023-2030 e Plano de Ação 2023-2028, planos elaborados em consulta com as entidades relevantes.

Assinatura da Convenção sobre Biodiversidade além das Jurisdições Nacionais

Este é um acordo fundamental para contribuir para a proteção e conservação da biodiversidade marinha além da jurisdição nacional. O acordo cria uma estrutura legal que pode ajudar o mundo a alcançar a meta de ter 30% do oceano - e das terras - em áreas protegidas até 2030, já que se foca nas águas que estão além da jurisdição nacional, ou seja, que são responsabilidade de todos os países, e propõe mecanismos conjuntos para a conservação da biodiversidade nesta área comum, que corresponde à maior parte do oceano.

Prosseguir com a Consolidação Governativa

“A Reforma da Gestão das Finanças Públicas” a ser implementada pelo IX Governo, que se compromete com reforma compreensiva na área das finanças públicas, para aumentar as receitas do Estado e a transparência e a eficiência da política fiscal e da gestão financeira. A Reforma da Gestão das Finanças Públicas reforça a estratégia fiscal, fortalece a mobilização de recursos, promove implementação do orçamento por programas, racionaliza a despesa pública e aumenta a responsabilidade e a transparência, e promove a descentralização financeira.

Tomada de Posse do novo Governador do Banco Central

Realizou-se a tomada de posse, no dia 13 de setembro de 2023, de Hélder Lopes como novo Governador do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), organização responsável pela regulamentação e supervisão do setor financeiro nacional. O novo Governador do BCTL substituiu o Governador cessante, Abraão de Vasconcelos, que liderou o Banco Central desde a sua fundação em 2011, substituindo a anterior Autoridade Bancária de Pagamentos (ABP).

Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros reuniu, no dia 26 de setembro de 2023, com a equipa que está a acompanhar os representantes da Asia Pacific Group (APG). De 18 a 28 de setembro de 2023, uma equipa da APG está em Timor-Leste para avaliar o compromisso nacional na adesão aos padrões internacionais de combate à branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Durante a reunião, os técnicos da APG relataram as atividades que decorreram em Timor-Leste, já que nesta fase de avaliação os representantes da Asia Pacific Group estão a examinar a eficácia das medidas adotadas pelo Governo em conformidade com os padrões internacionais. Timor-Leste tem vindo a desenvolver o seu sistema de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, com a promulgação de leis específicas nos últimos anos, com destaque para o estabelecimento, em 2014, da Unidade de Informação Financeira de Timor-Leste.

Tomada de Posse do Comissário da Comissão da Função Pública

O Ministro da Presidência do Conselho de Ministros empossou, no dia 3 de outubro de 2023, Agapito da Conceição para exercer o cargo de Comissário da Comissão da Função Pública, por indicação do Parlamento Nacional, na eleição de 29 de agosto de 2023.

A Comissão da Função Pública, que conta já com 14 anos de existência, tem pela frente grandes desafios lançados pelo Programa do IX Governo Constitucional, que incluem a melhoria da eficácia, eficiência e profissionalismo da Administração Pública, para a prestação de melhores serviços públicos, de alta qualidade, como fator crucial para a redução da pobreza e para o progresso e bem-estar da população.

O novo Comissário está empenhado em defender o bem público e em defender o povo timorense, para salvaguardar os interesses superiores da Nação.

Instalação da Unidade de Planeamento Integrado (UPI) e da Unidade de Investimento Estratégico (UIE)

A instalação destas duas novas unidades responsáveis por executar ou coordenar as atividades técnicas de planeamento estratégico socioeconómico do país (UPI) e pela coordenação das atividades técnicas de planeamento de investimentos estratégicos em infraestruturas e serviços (UIE) tem como objetivo alavancar e promover o desenvolvimento económico e social de Timor-Leste em coordenação com os departamentos governamentais relevantes.

Redução da quantidade de institutos públicos

O Governo iniciou uma política de redução na quantidade de institutos públicos criados pela anterior governação, que só serviram para empregar membros dos partidos, sem qualquer racionalidade administrativa ou económica. Esta política que irá ter continuidade nos orçamentos futuros, extingue a Agência Nacional de Planeamento, Monitorização e Avaliação (ANAPMA), a Autoridade Nacional para a Água e Saneamento (ANAS, I.P.) e a Autoridade Nacional para a Eletricidade (ANE, I.P.).

Eliminação imediata do brutal aumento de impostos aprovados em janeiro de 2023

Foram reduzidas as taxas de imposto seletivo de consumo e dos direitos aduaneiros de importação aplicáveis em 2023. Foi assim eliminado o imposto seletivo de consumo aplicável ao açúcar. Foi também eliminado o aumento da taxa dos direitos aduaneiros de importação, de 2,5% para 5%, voltando a aplicar a taxa de 2,5% prevista na Lei Tributária.

Promover a estabilidade do Orçamento Geral do Estado

Foi retomada a organização por cinco categorias (bens e serviços, salários e vencimentos, transferências públicas, capital menor e capital de desenvolvimento), aumentando o nível de detalhe da informação apresentada ao Parlamento Nacional e a sua maior compreensão e futura fiscalização.

Também para uma maior estabilidade do Orçamento Geral do Estado, foi eliminada a Lei das Grandes Opções do Plano, criando-se em seu lugar o Plano Anual de Investimento Es-

tratégico para manter a visão plurianual do Orçamento, de acordo com as melhores práticas internacionais. Com a eliminação da Lei das Grandes Opções do Plano, para manter a visão plurianual do OGE, o relatório da proposta de lei do OGE passou a incluir um quadro de programação orçamental plurianual, que apresenta projeções da receita, da despesa, da dívida pública e do valor do Fundo Petrolífero para 5 anos. Isto permite assegurar a sustentabilidade, o rigor e a transparência das contas públicas.

Adesão à Convenção Internacional sobre o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias

Foi apresentada uma Proposta de Resolução ao Parlamento Nacional sobre esta Convenção Internacional, estabelecida em Bruxelas, em 1983, e para aceitação do Protocolo de Emenda à Convenção elaborado pelo Conselho de Cooperação Aduaneira em 24 de junho de 1986.

Retrato do Orçamento Retificativo do Estado para 2023

Foi aprovado, promulgado e posteriormente publicado no Jornal da República sob a Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, o Orçamento Retificativo do Estado (2023), com uma despesa total consolidada de 1,77 mil milhões de dólares, com vista a dar resposta ao novo Programa do IX Governo Constitucional.

Com o intuito de controlar as contas públicas, foram reduzidas as despesas previstas no Orçamento Geral do Estado para 2023, bem como o montante da transferência do Fundo Petrolífero, refletindo o compromisso do Governo em garantir a sustentabilidade financeira do país.

As alterações incluem também modificações nos artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 15/2022, de 21 de dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2023, bem como nas tabelas do anexo à mesma lei. Procedeu-se também à primeira alteração à Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da Gestão Financeira Pública, para garantir um maior rigor e transparência na execução do Orçamento Geral do Estado e nas finanças públicas.

Adicionalmente, a presente lei efetuou a segunda alteração à Lei n.º 8/2008, de 30 de junho, Lei Tributária, alterada pela Lei n.º 5/2019, de 27 de agosto, para clarificação do conceito de estabelecimento estável previsto na Lei Tributária.

Este orçamento aprovado destina uma dotação de 439.060.944 dólares americanos para os assuntos económicos, 24.965.254 dólares americanos para habitação e infraestruturas coletivas, 94.411.189 dólares americanos para a saúde, 136.974.446 dólares americanos para a educação e 253.389.284 dólares americanos para a proteção social.

Até ao dia 31 de outubro, a taxa de execução de despesas é de 53% e a taxa de arrecadação de receitas é de 62% do total da estimativa de receitas para todo o ano fiscal de 2023.

Realização de atividades de fortalecimento institucional

Através do Gabinete do Vice-Ministro para o Fortalecimento Institucional foram realizadas uma série de atividades para melhorar a celeridade processual dos serviços públicos, e elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional que inclui a consolidação da administração da justiça e a melhoria da capacidade institucional do Governo.

Neste âmbito, foram realizadas visitas aos municípios para ter conhecimento dos desafios enfrentados, e encontrar soluções para os obstáculos e dificuldades sentidas, bem como a recolha de informação transversal e a realização de pareceres para o fortalecimento institucional.



Prosseguir com a Boa Governação e Combate à Corrupção

“A boa governação e um setor público profissional, competente e eficiente, são condições essenciais para a prestação de serviços públicos e para a implementação das políticas e ações enunciadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e no Programa do Governo. Aumentar a confiança na governação, implica necessariamente elevar o desempenho do setor público, até porque este, num primeiro momento, é o principal motor de crescimento económico nacional.”

Estabelecimento do Serviço de Administração do Suco

O Governo aprovou um projeto de Decreto-Lei que estabelece o Serviço de Administração do Suco como um órgão de apoio ao Chefe de Suco e que reforça a subvenção pública aos Sucos para financiar os recursos humanos deste serviço. Com esta alteração permite-se também o pagamento de ajudas de custo aos líderes comunitários quando mobilizados para atividades da administração central.

Programa Mão de Obra do Posto Administrativo /PMOPA e Programa Movimento Hafoun Aldeia/ PMOHA

Estes programas foram analisados e avaliados, identificando-se alguns problemas e lacunas no Programa PMOPA e, no caso do PMOHA, detetou-se que não foram realizados estudos

de viabilidade. Terminada a avaliação e a articulação com outros programas existentes no âmbito do PNDS e PDIM, e ainda outros programas vocacionados para o desenvolvimento rural, o PMOPA e PMOHA serão reestruturados de forma transparente e responsável para terem resultados qualitativos e quantificáveis que se verifiquem na melhoria de vida das populações, sobretudo nas áreas remotas, potenciando os benefícios máximos para as comunidades.

Também o programa PNDS foi alvo de escrutínio para avaliar a execução e benefícios para a população, indo o Governo aplicar medidas para melhorar a eficácia, eficiência e transparência deste programa.

Plano Estratégico dos Municípios

Foi concluído o levantamento de documentos relevantes ao Plano Estratégico do Municípios para identificação dos problemas e desafios a nível nacional. Está em preparação, em coordenação com todas as entidades relevantes, um encontro com todas as Autoridades Municipais que, com o apoio de uma equipa técnica especializada, irá desenvolver um plano de desenvolvimento dos municípios, de acordo com as circunstâncias e realidades municipais.

Realização das Assembleias de Aldeia e dos Conselhos de Suco no âmbito dos procedimentos de eleição dos líderes comunitários

Foi aprovado o Decreto do Governo n.º 9/2023, de 16 de agosto, que fixa as datas de realização das Assembleias de Aldeia e dos Conselhos de Suco, no âmbito dos procedimentos de eleição dos líderes comunitários. Em coordenação com a Direção Geral do Governo Local foram executados os preparativos para a eleição das Assembleias de Aldeias e do Conselho de Sucos, que tiveram lugar no dia

28 de outubro de 2023. Por lei o processo organiza-se da seguinte forma:

- 28 de outubro de 2023 - Dia da eleição dos Chefes de Suco, dos Chefes de Aldeia e das Delegadas e Delegados das Aldeias ao Conselho de Suco.
- 28 de outubro de 2023 - Início da contagem dos votos e apuramento dos resultados eleitorais.
- 29 de outubro de 2023: Apuramento dos resultados para Chefe de Suco.
- 29 de outubro de 2023: Reclamação dos atos de contagem de votos e de apuramento dos resultados.
- 29 de outubro de 2023: Recurso da decisão proferida pela Mesa Eleitoral do Suco relativamente às reclamações apresentadas sobre atos de contagem de votos ou de apuramento de resultados.

Caso nenhum dos candidatos a Chefe de Suco obtenha mais de metade dos votos validamente expressos, as Assembleias de Aldeia reúnem, para a realização da segunda votação, prevista no n.º 2, do artigo 71.º da Lei n.º 9/2016, de 8 de julho, no dia 13 de novembro de 2023.

Implementação da Estratégia de Investimento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de Díli

O Governo reafirmou o compromisso com a implementação da Estratégia de Investimento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de Díli, com a aprovação do diploma relativo à manutenção do interesse público contratual do Estado na execução do contrato público para fornecimento de equipamentos no âmbito do projeto de gestão dos resíduos sólidos urbanos de Díli.

Memorando de Entendimento para a descentralização administrativa

Foi assinado um memorando de entendimento para a cooperação no processo de descentralização administrativa e para o desenvolvimento local do município de Manatuto, que visa o estabelecimento de relações de cooperação para a promoção da descentralização administrativa e o desenvolvimento local de municípios. Este Memorando foi assinado pela Província de Hunan, da República Popular da China, e pela Administração Municipal de Manatuto, representada pelo Ministro da Administração Estatal.

Alteração à qualificação jurídico-administrativa da ilha de Ataúro

O Conselho de Ministros aprovou a Proposta de Lei para a quarta alteração à Lei n.º 11/2009, de 7 de outubro, que aprova a Divisão Administrativa do Território. Esta Proposta de Lei foi aprovada na generalidade no Parlamento Nacional, a 24 de outubro de 2023. Conforme previsto no Programa do IX Governo, esta alteração visa extinguir o município de Ataúro e criar uma divisão administrativa de primeiro escalão, chamada de “Ataúro”, seguindo o definido no artigo 5.º da Constituição da República.

Esta proposta de alteração da qualificação jurídico-administrativa de Ataúro irá abrir caminho à redefinição de um modelo de administração territorial que, na dependência do Governo, tenha capacidade de desencadear o processo de desenvolvimento deste território, com a participação das comunidades locais.

O Governo considera que esta solução encontrada não se trata de um retrocesso ou desqualificação do território da Ilha de Ataúro, mas de lançar as bases para um novo modelo de organização e de funcionamento da administração local de Ataúro, a qual disporá dos

meios e do quadro legal adequado e necessário para impulsionar o processo de infraestruturação daquele território, assegurar a prestação de bens e serviços básicos às comunidades locais e desencadear o crescimento económico e o bem-estar da população em Ataúro”.

Alteração à Lei que criou a RAEOA e a ZEEMS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 25 de setembro, a Proposta de Lei que aprova a terceira alteração à Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, que cria a Região Administrativa Especial de Oe-Cússe Ambeno (RAEOA) e estabelece a Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cússe Ambeno e Ataúro.

Esta Proposta de Lei foi aprovada na generalidade no Parlamento Nacional, a 24 de outubro de 2023. As alterações aprovadas incluem: o estabelecimento de um quadro jurídico adequado para as Zonas Especiais de Economia Social e de Mercado em todo o território; o poder de tutela sobre a RAEOA será exercido exclusivamente pelo Primeiro-Ministro; o poder regulamentar da RAEOA será conformado com a Constituição e a Lei; os contratos celebrados pela RAEOA em nome da Zona Especial de Economia Social e de Mercado de Oe-Cússe e Ambeno e Ataúro serão transferidos automaticamente para a RAEOA.

Elaboração de diplomas normativos que apoiam o processo de Governo local e a descentralização faseada do Governo

Para prosseguir os objetivos de Governo local e a descentralização faseada do Governo, encontram-se em processo de elaboração as seguintes Propostas de Lei:

- Lei do Poder Local e da Descentralização Administrativa (revisão da Lei 23/2021, de 10/11);

- Lei Eleitoral Municipal (revisão da Lei 22/2021, de 04/11);
- Lei das Finanças Municipais (revisão da Lei 16/2023, de 31/05);
- Proposta de Lei: Estatuto, carreiras, vínculos, remuneração e disciplina dos funcionários municipais;
- Proposta de Lei: Património municipal;
- Propostas de Leis: Instituição em concreto das autarquias municipais;
- Proposta de Lei: Código Eleitoral.

Ainda para desenvolver os programas de Administração Estatal e apoiar os objetivos de descentralização, encontram-se em processo de elaboração, ou já elaborados e/ou aprovados em Conselho de Ministros os seguintes Decretos-Lei:

- Estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março) – a aguardar agendamento em Conselho de Ministros;
- Estatuto da Autoridade Administrativa de Ataúro – a aguardar agendamento em Conselho de Ministros;
- Regulamentação do FEDA – Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro – a aguardar agendamento em Conselho de Ministros;
- Recursos materiais e incentivos financeiros das lideranças comunitárias, e cria o serviço de administração do Suco (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2014, de 26 de fevereiro) – aprovado em Conselho de Ministros em 19/09/2023;

- Regime Geral do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (5.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 8/2013, de 26 de junho);
- Planeamento de Desenvolvimento Comunitário;
- Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2012, de 15 de fevereiro);
- Regime de Aprovisionamento do Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal (2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2013, de 7 de agosto);
- Revogação do Decreto-Lei n.º 23/2021, de 10 de novembro, que criou o Programa Movimento Hafoun Aldeia;
- Higiene e Ordem Pública (1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 33/2008, de 27 de agosto);
- Balcão único municipal (One-stop-shop);
- Portal Municipal;
- Regulamento geral dos cemitérios;
- Regulamento das atribuições e competências dos Sucos;
- Regime jurídico dos contratos interadministrativos;
- Regulamentação do Código Eleitoral;
- Regulamentação dos procedimentos técnicos a executar no âmbito das operações de recenseamento eleitoral;
- Lei do recenseamento eleitoral (2.ª alteração à Lei n.º 6/2016, de 25 de maio);
- Símbolos municipais;

- Definição da estrutura e da classificação económica das receitas municipais e da estrutura e classificação económica e funcional das despesas municipais;
- Regulamentação da definição concreta e da estrutura dos programas orçamentais;
- Regulamentação dos critérios e da fórmula de repartição do Fundo Geral Municipal pelos municípios;
- Regulamentação da aplicação dos critérios e da fórmula de repartição do Fundo de Coesão Territorial pelos municípios;
- Regulamentação da aplicação dos critérios e da fórmula de repartição do Fundo da Descentralização Administrativa pelos municípios.

Ainda em progresso de elaboração encontram-se os seguintes Decretos do Governo, e uma Resolução do Governo:

- Regulamentação da credenciação dos fiscais de candidatos e dos partidos políticos, dos observadores eleitorais e dos profissionais de comunicação social, no âmbito dos processos eleitorais municipais;
- Regulamentação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos;
- Regulamentação do programa de Planeamento de Desenvolvimento Integrado Municipal;
- Resolução sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Local.

Implementação do Balcão Único em todas as sedes dos Municípios, de forma a permitir o acesso, em todo o país, aos serviços da Administração Central

O Balcão Único ou *One-stop-shop* está a ser desenvolvido com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este programa faz parte da política da descentralização administrativa e do poder local, com vista à simplificação e modernização da Administração Local.

O Governo, através do Ministério da Administração Estatal e o PNUD estão a cooperar para o desenvolvimento do Balcão Único nos municípios de Liquiçá, Díli, Manatuto e Baucau. Em Díli vão ser desenvolvidas duas unidades, uma pela Cooperação MAE-PNUD e outra pela UCCLA. É intenção estender este projeto a Ataúro e a todos os municípios do país.

Reforma do Setor da Justiça

No âmbito da reforma do setor da Justiça e do fortalecimento institucional, foram submetidos à Presidência do Conselho de Ministros 3 novos diplomas estruturantes, com destaque para a nova orgânica do Ministério e o Estatuto dos Guardas prisionais, e foi elaborado o Projeto de Proposta de Lei da Proteção de Dados Pessoais. Outros diplomas estão em fase de elaboração para apresentação em breve.

Estabelecimento do Grupo de Trabalho para a Reforma do Setor da Justiça

Em agosto, foi criado o Grupo de Trabalho para a Reforma do Setor da Justiça, tendo como especiais funções a coordenação e elaboração de propostas e políticas que permitam a promoção da implementação do Programa do Governo na implementação do setor da Justiça.

Neste sentido, em primeiro lugar, formou-se uma equipa recorrendo a peritos internacionais com a finalidade de garantir a excelência e imparcialidade nos processos que visam uma análise situacional atual do setor da justiça.

Para além de vários estudos e pareceres em diversas áreas no âmbito da justiça (desde propriedade das terras, a regulação de poderes paternais, a processos disciplinares e penais) foram ainda estudados vários documentos e *papers*, nacionais e internacionais, com o objetivo de uma reforma legislativa e do setor da justiça no seu todo.

Finalmente, ainda neste âmbito, está em curso a preparação de um programa de bolsas de estudo para a resolução da falta de recursos humanos no setor da justiça, através da criação de um programa de bolsas de estudo para a obtenção de licenciaturas em direito em universidades estrangeiras, bem como de determinadas especialidades relevantes às necessidades encontradas no país, de que é exemplo a especialidade em medicina legal.

Constituição da Ordem dos Advogados

Encontra-se em fase de apreciação e agendamento para o Conselho de Ministros a Proposta de Lei sobre a criação da Ordem dos Advogados.

Disponibilização dos Passaportes Eletrónicos

Foram aprovados, para processar na Finlândia, os exemplares de 4 tipos de passaportes eletrónicos visando a sua impressão imediata. A modernização dos serviços de registo e notariado permitiu ultrapassar os obstáculos de emissão de passaportes comuns, esperando-se que, até ao final do ano, a emissão dos passaportes requeridos seja disponibilizada a todos os cidadãos.

Foi também atualizado o registo online integrado para efeitos de emissão de certidão de nascimento, bilhete de identidade e passaportes, com a emissão de mais de 25.400 bilhetes de identidade e mais de 6.600 passaportes.

Regularização de propriedades de domínio privado do Estado

Foi efetuado o levantamento de propriedades de domínio privado do Estado, nomeadamente das Pousadas de Timor-Leste, com a identificação de áreas ocupadas e contratos de arrendamento celebrados ou em processo.

Regularização da ocupação de imóveis do Estado

Foram também efetuados o levantamento e a regularização de propriedades do Estado ocupadas por instituições governamentais, com a afetação oficial dos imóveis. Foram ainda elaborados planos de afetação para outros edifícios destacando-se o estabelecimento de agências e gabinetes governamentais, residências de agentes Estatais e estabelecimento de Embaixadas e representações diplomáticas.

Formação dos agentes da Justiça

Continuação dos cursos de formação de juízes, procuradores, defensores públicos, conservadores e notários, encontrando-se em curso o processo de recrutamento de formandos para o curso de advogados privados.

Teve ainda lugar a cerimónia de abertura do 2.º Curso de Formação de Magistrados do Ministério Público e do 4.º Curso de Formação de Magistrados Judiciais de Timor-Leste em Portugal. A formação dos 5 Procuradores da República inicia-se na Comarca de Lisboa Oeste e no DIAP de Lisboa, por um período de 6 semanas entre setembro e novembro, ao

qual se segue a fase de formação teórico-prática no CEJ, nos meses de novembro e dezembro de 2023.

Por seu turno, 4 Juízes de Direito iniciam a sua formação no CEJ, entre setembro e dezembro de 2023, seguindo-se a fase de estágio na Comarca entre os meses de janeiro e fevereiro de 2024.

Análise e proposta de reestruturação das F-FDTL

O Ministério da Defesa analisou e submeteu a Conselho de Ministros propostas de novas nomeações para serem apresentadas a Sua Excelência o Presidente da República, para:

- Nomear o Coronel Domingos Soares “Dobu”, como Comandante da Componente Terrestre das F-FDTL; e
- Promover o Brigadeiro-General Américo Ximenes “Sabika Besi Kulit” ao posto de Major-General;
- Promover o Brigadeiro-General Cornélio Ximenes “Maunana” ao posto de Major-General;
- Promover o Brigadeiro-General João Miranda “Aluk Descartes” ao posto de Major-General;
- Promover o Coronel José da Costa Soares “Trix” ao posto de Brigadeiro-General; e
- Promover o Capitão-de-Mar-e-Guerra Higinio das Neves ao Posto de Comodoro.

Recrutamento de novos agentes da administração pública

Foi constituída a Comissão de Recrutamento para assegurar a contratação de 230 agentes da

administração pública a serem destacados em cada posto administrativo por forma a assegurar o compromisso do Governo para a prevenção de conflitos.

Elaboração do Plano Estratégico da PNTL para os próximos 7 anos

Foi elaborada a “Estratégia da PNTL 2023-2030” por forma a garantir a melhor segurança interna e assegurar a paz e estabilidade nacional. Foi ainda assinado, neste âmbito, um acordo com a Embaixada da Nova Zelândia para apoiar a elaboração do Plano de Ação da Polícia Comunitária 2023-2030.

Participação no Fórum dos Estados Arquipelágicos e Insulares

A Primeira Reunião de Alto Nível do Fórum dos Estados Insulares e Arquipelágicos decorreu em Bali, na Indonésia, nos dias 10 e 11 de outubro de 2023.

Timor-Leste esteve representado ao mais alto nível, com a presença do Primeiro-Ministro, considerando a importância desta plataforma que reúne 51 nações arquipelágicas e insulares para participar num fórum coletivo que aborda desafios relacionados com a utilização sustentável dos recursos marinhos para o crescimento económico sustentável, a resiliência às alterações climáticas, a poluição dos oceanos, a gestão de emergências e o reforço das pescas sustentáveis.

Sob o tema “*Promover a Colaboração, Permitindo a Inovação, para o Nosso Oceano e o Nosso Futuro*”, o evento de alto nível reuniu Chefes de Estado e de Governo para discutir operacionalização de soluções tecnológicas, inovadoras e baseadas na natureza, para dar resposta aos desafios comuns de desenvolvimento e ambientais, em linha com os objetivos

da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em particular o ODS 14.

Participação na XIV Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP

Nesta Cimeira, Angola oficialmente transferiu a Presidência Rotativa da CPLP para São Tomé e Príncipe, que assume a liderança desta organização por um mandato de dois anos, compreendido entre 2023 e 2025.

Os trabalhos da Cimeira dedicada ao tema “*Juventude e Sustentabilidade na CPLP*”, tiveram lugar em São Tomé e Príncipe, entre os dias 21 e 27 de agosto de 2023, culminando com a Conferência de Chefes de Estado e de Governo a 27 de agosto, onde Timor-Leste se fez representar pela Presidente do Parlamento Nacional, acompanhada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Recondução do mandato do Secretário Executivo da CPLP

Na XIV Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo da CPLP, que teve lugar a 27 de agosto, em São Tomé e Príncipe, o Secretário Executivo da CPLP, de nacionalidade timorense, foi reconduzido por mais um mandato de 3 anos, até 2025. Esta recondução é o resultado da intensa atividade diplomática de Timor-Leste.

Participação no G77+China, em Havana

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em representação do Governo, participou na Cimeira G77+China com o tema “*Os desafios atuais do desenvolvimento: o papel da ciência, da tecnologia e da inovação*”, que decorreu em Havana, em Cuba, nos dias 15 e 16 de setembro de 2023.

O G77, originalmente criado por 77 países em desenvolvimento, é a maior organização intergovernamental de países do Sul nas Nações Unidas e conta atualmente com 134 países da Ásia, África e América Latina. A China, embora não se considere um membro, participa de forma externa desde 1992. O grupo desempenha um papel estratégico na promoção dos interesses coletivos dos países em desenvolvimento e na melhoria da sua capacidade de negociação em questões económicas globais.

A Cimeira de Havana procurou abordar a necessidade urgente de promover uma ordem internacional justa para os Estados em desenvolvimento, refletindo sobre o papel transformador da ciência, tecnologia e inovação no alcance das metas de desenvolvimento sustentável até 2030.

Altos Dignitários em Visita Oficial a Timor-Leste

Desde que o IX Governo Constitucional tomou posse, foram recebidas em Díli as seguintes visitas oficiais de altos dignitários estrangeiros:

- Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros do Japão, Takei Shunsuke (6 de julho de 2023).
- Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Penny Wong (7 de julho de 2023).
- Ministro Adjunto dos Negócios Estrangeiros da China, Non Rong, (19 a 21 de julho de 2023).
- Primeiro-Ministro de Portugal, António Costa (25 a 26 de julho de 2023).
- Ministro dos Negócios Estrangeiros do Bangladesh, AK Abdul Momen (28 a 29 de agosto de 2023).

Visita Oficial ao Reino do Camboja

O Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro do Turismo e Ambiente, realizou uma visita oficial ao Reino do Camboja nos dias 28 e 29 de agosto.

Durante esta visita, reuniu com o Primeiro-Ministro e com membros do novo Governo do Camboja, que tomou posse no passado dia 1 de agosto, com o objetivo de fortalecer os laços de cooperação bilateral.

Nestas reuniões, foram abordados diversos temas de interesse mútuo, com destaque para a cooperação nas áreas da educação, economia, comércio e turismo entre Timor-Leste e o Camboja.

O Primeiro-Ministro do Camboja reafirmou ainda o apoio do seu país à adesão de Timor-Leste à ASEAN e à Organização Mundial do Comércio, bem como a outras iniciativas regionais e globais.

Visita de Trabalho à República Popular da China

O Primeiro-Ministro visitou a província de Hangzhou, na China, entre os dias 20 e 23 de setembro de 2023, para participar na sessão de abertura da 19.ª edição dos Jogos Asiáticos, uma importante oportunidade para os jovens de Timor-Leste que participam neste evento.

Durante esta visita, o Primeiro-Ministro teve um encontro bilateral com o Presidente da República Popular da China, no dia 23 de setembro de 2023, com o objetivo de fortalecer a cooperação entre os dois países,. Durante o encontro, foram abordadas diversas questões bilaterais e regionais de interesse mútuo e ambas as partes concordaram em elevar as relações entre os dois países rumo a uma parceria estratégica abrangente.

O Presidente Xi Jinping reiterou o compromisso da China em fortalecer os laços bilaterais e expressou seu apoio contínuo ao desenvolvimento de Timor-Leste.

Em Hangzhou, o Primeiro-Ministro, visitou ainda a Universidade Zhejiang Gongshang, a 22 de setembro de 2023, onde proferiu uma palestra científica para os estudantes sobre o tema “*A Evolução da Ásia: da China a Timor-Leste*”.

Ainda no dia 22 de setembro, o Primeiro-Ministro, acompanhado da sua delegação, que incluiu o Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, e Ministro do Turismo e Ambiente, realizaram um encontro com representantes do setor privado da China, Macau e Singapura, interessados em investir em Timor-Leste. Durante a reunião, os investidores fizeram uma apresentação das suas empresas e manifestaram o seu interesse em investir em Timor-Leste. O encontro contou também com a participação do Ministro da Administração Estatal, do Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, do Ministro da Juventude, Desporto, Arte e Cultura, e do Embaixador de Timor-Leste na China, Abrão Santos, e do Adido para o Comércio e Indústria de Timor-Leste.

Também durante esta visita, o Primeiro-Ministro teve a oportunidade de reunir com o seu homólogo da República da Coreia, com o objetivo de fortalecer e ampliar a cooperação bilateral entre os dois países.

O Primeiro-Ministro expressou o seu agradecimento ao Governo e ao setor privado coreanos por empregarem milhares de trabalhadores timorenses, oferecendo-lhes oportunidades e valiosa experiência de trabalho na Coreia do Sul, o que tem contribuído para reduzir o desemprego em Timor-Leste.

O Primeiro-Ministro sul-coreano reiterou o apoio à adesão plena de Timor-Leste à ASEAN e manifestou a vontade de continuar a apoiar Timor-Leste, em diversas áreas, nomeadamente no desporto, educação, saúde, reflorestação, com vista a criação de um ambiente propício para o ecoturismo em Timor-Leste.

Assinatura de parceria estratégica entre Timor-Leste e a China

Foi assinado entre o Primeiro-Ministro de Timor-Leste e o Presidente da China, após um encontro em Hangzhou, um acordo de parceria estratégica abrangente, o segundo nível mais alto no protocolo da diplomacia chinesa.

Uma “parceria estratégica abrangente” significa, de acordo com a diplomacia do país asiático, que a cooperação deve ser “multidimensional”, abrangendo os domínios económico, científico, tecnológico, político e cultural, e conduzida por governos e organizações não-governamentais.

O termo “estratégico” significa que a cooperação deve ser “estável” e de “longo prazo”, não estando sujeita ao impacto de eventos periódicos.

Estabelecimento da futura Embaixada de Singapura em Timor-Leste

O estabelecimento de uma Embaixada de Singapura em Timor-Leste funcionará como ponto focal para a cooperação, apoio e exploração mútua de oportunidades futuras entre os dois países, sobretudo na área do turismo, investimento, defesa e energia.

Estabelecimento da futura Embaixada da Índia em Timor-Leste

Durante a reunião da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Primeiro-Ministro da Índia anunciou a decisão de estabelecer uma Embaixada na capital de Timor-Leste, Díli.

Esta decisão integra-se num plano de 12 pontos para as relações da Índia com a região, com o objetivo de fortalecer a cooperação e as relações diplomáticas na região do leste asiático. Este plano abrange diversas áreas, desde a conectividade até à infraestrutura pública digital e ações de combate ao terrorismo.

Participação na 43.ª Cimeira da ASEAN, em Jacarta

O Primeiro-Ministro, acompanhado do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Ministro do Interior e Vice-Ministra dos Assuntos da ASEAN, participou na 43.ª Cimeira da ASEAN em Jacarta, de 5 a 7 de setembro de 2023.

O Primeiro-Ministro esteve com os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da ASEAN e Parceiros de Diálogo para discutir várias questões regionais e internacionais de interesse mútuo. A Cimeira criou a oportunidade para Timor-Leste trocar opiniões e partilhar ideias sobre assuntos relacionados com a cooperação política, económica e de segurança na região.

O Primeiro-Ministro realizou ainda inúmeras reuniões bilaterais com os líderes dos Estados-Membros da ASEAN, o Secretário-Geral das Nações Unidas e parceiros de diálogo à margem da Cimeira da ASEAN e participou nas outras 12 conferências, nomeadamente a

sessão plenária, reunião informal e Cimeiras individuais da ASEAN com parceiros, como a China, Coreia do Sul, Japão, Estados Unidos da América, Canadá, Índia, Austrália, Nações Unidas, Ásia Oriental e uma conjunta com China, Japão, e Coreia do Sul.

É de assinalar que esta Cimeira da ASEAN marca o fim da presidência rotativa da República da Indonésia e a sua passagem para a República Democrática Popular do Laos.

Participação na 78.ª Assembleia Geral das Nações Unidas

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação acompanhou o Presidente da República, José Ramos-Horta, na deslocação a Nova Iorque, por ocasião da 78.ª Assembleia-Geral das Nações Unidas e de uma série de reuniões e eventos associados. O Debate Geral de Alto Nível deste ano decorreu entre os dias 19 e 26 de setembro de 2023.

O tema da 78.ª sessão da AGNU foi “*Reconstruir a confiança e reacender a solidariedade global: Acelerar a ação para a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável rumo à paz, prosperidade, progresso e sustentabilidade para todos*”.

Operacionalização da Missão Permanente de Timor-Leste junto da ASEAN

Com a tomada de posse da nova Embaixadora, Natércia Coelho, a Missão em Jacarta já está operacional e, em breve, será possível a coordenação mais efetiva dos 3 pilares de adesão à ASEAN, com os quais Timor-Leste está comprometido.

Ainda relativamente à ASEAN, em Díli, está em elaboração um plano de execução pormenorizada para o processo de adesão à ASEAN,

e preparação de uma série de Acordos e Tratados no âmbito da ASEAN.

Desenvolvimento de Recursos Humanos para preparação de adesão à ASEAN

Bob Aubrey, especialista em Desenvolvimento de Recursos Humanos na ASEAN, esteve em Timor-Leste, entre os dias 28 de agosto e 12 de setembro de 2023, para apoiar o Governo na formulação de estratégias e políticas para o desenvolvimento do capital humano, especialmente no contexto da preparação de recursos humanos para a futura adesão de Timor-Leste à ASEAN.

Apoio de Singapura na adesão de Timor-Leste à ASEAN

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Singapura, esteve em visita oficial a Timor-Leste, de 23 a 27 de julho de 2023, e reiterou o compromisso de Singapura em apoiar a adesão de Timor-Leste à Associação de Nações do Sudeste Asiático.

Apoio da Indonésia na adesão de Timor-Leste à ASEAN

O Primeiro-Ministro e o Presidente da República da Indonésia realizaram uma reunião bilateral em Jacarta, Indonésia, a 4 de setembro de 2023.

Durante o encontro, discutiu-se o compromisso contínuo da Indonésia em apoiar a adesão de Timor-Leste à Associação de Nações do Sudeste Asiático, bem como assuntos relacionados com o fortalecimento dos recursos humanos e da economia nacional. O Presidente da Indonésia afirmou que a Indonésia tem vindo consistentemente a apoiar a candidatura de Timor-Leste à adesão, assim como o plano de implementação para esta adesão.



Processo de finalização da Fronteira Terrestre com a Indonésia

A 6.^a Reunião de Consulta dos Altos Funcionários (SOC), realizou-se em Bali, entre os dias 13 e 14 de outubro, com o objetivo de dar continuidade às discussões entre a Indonésia e Timor-Leste, sobre o segmento ainda não resolvido da fronteira terrestre de Noel Besi-Citrana, localizado em Oe-Cússe Ambeno.

Deste encontro resultou que ambas as partes concordaram em prosseguir com os preparativos técnicos e práticos com a intenção de concluir a demarcação da fronteira terrestre entre Timor-Leste e a Indonésia, potencialmente até ao final de 2023.

Participação no Processo Consultivo do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) sobre as Alterações Climáticas

No dia 20 de setembro de 2023, Timor-Leste compareceu perante o Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS) em Hamburgo, Alemanha, num processo histórico sobre o Parecer Consultivo referente às Obrigações dos Estados ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) em relação às Alterações Climáticas.



Composição do IX Governo Constitucional

Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

*Vice-Primeiro-Ministro, Ministro
Coordenador dos Assuntos Económicos
e Ministro do Turismo e Ambiente*
Francisco Kalbuadi Lay

*Vice-Primeiro-Ministro, Ministro
Coordenador dos Assuntos Sociais e
Ministro do Desenvolvimento Rural
e Habitação Comunitária*
Mariano Assanami Sabino

*Ministro da Presidência
do Conselho de Ministros*
Agio Pereira

Ministra das Finanças
Santina José Rodrigues
F. Viegas Cardoso

*Ministro dos Negócios
Estrangeiros e Cooperação*
Bendito dos Santos Freitas

Ministro da Justiça
Amândio de Sá Benevides

Ministro da Administração Estatal
Tomás do Rosário Cabral

Ministra da Saúde
Elia A. A. dos Reis Amaral

Ministra da Educação

Dulce de Jesus Soares

Ministro do Ensino Superior,

Ciência e Cultura

José Honório da Costa Pereira Jerónimo

Ministro dos Assuntos dos

Combatentes da Libertação Nacional

Gil da Costa Monteiro “Oan Soru”

Ministro das Obras Públicas

Samuel Marçal

Ministro dos Transportes

e Comunicações

Miguel Marques Gonçalves Manetelu

Ministro do Comércio e Indústria

Filipus Nino Pereira

Ministro da Agricultura,

Pecuária, Pesca e Florestas

Marcos da Cruz

Ministro da Defesa

Donaciano do Rosário Gomes

Ministro do Petróleo

e Recursos Minerais

Francisco da Costa Monteiro

Ministro do Interior

Francisco da Costa Guterres

Ministra da Solidariedade

Social e Inclusão

Verónica das Dores

Ministro da Juventude,

Desporto, Arte e Cultura

Nelyo Isaac Sarmento

Ministro do Planeamento

e Investimento Estratégico

Gastão Francisco de Sousa

Vice-Ministro dos

Assuntos Parlamentares

Adérito Hugo da Costa

Vice-Ministra das Finanças

Felicia Claudinanda da Cruz Carvalho

Helder Lopes

*De 1 de julho a 13 de setembro
de 2023, dia em que tomou posse
como Governador do Banco
Central de Timor-Leste.*

Vice-Ministra para os

Assuntos da ASEAN

Milena Maria da Costa Rangel

Vice-Ministro para o

Fortalecimento Institucional

Paulo Manuel da S. dos Remédios

Vice-Ministro para o Fortalecimento

Institucional da Saúde

José dos Reis Magno

Vice-Ministro para as Infraestruturas

Júlio do Carmo

Vice-Ministro da Administração Estatal

Jacinto Rigoberto G. de Deus

Vice-Ministro do Comércio

Augusto Júnior Trindade

Vice-Ministra da Solidariedade

Social e Inclusão

Céu Brites

*Vice-Ministro para a
Operacionalização dos Hospitais*
Flávio Brandão

Secretária de Estado da Igualdade
Elvina de Sousa Carvalho

*Secretário de Estado da
Comunicação Social*
Expedito Dias Ximenes

*Secretário de Estado de Terras e
Propriedades*
Jaime Xavier Lopes

*Secretário de Estado do Ensino Secundário
Geral e Ensino Secundário Técnico-
Vocacional*
Domingos Lopes Lemos

*Secretário de Estado da
Eletricidade, Água e Saneamento*
Santos Noronha

Secretário de Estado da Arte e Cultura
Jorge Soares Cristovão

Secretário de Estado das Pescas
Domingos da Conceição dos Santos

Secretário de Estado da Pecuária
José Vieira de Araújo

Secretário de Estado das Florestas
Fernandinho Vieira

Secretário de Estado das Cooperativas
Arsénio Pereira da Silva

*Secretário de Estado da Formação
Profissional e Emprego*
Rogério Araújo Mendonça

*Secretário de Estado do Desenvolvimento
Local*
Mateus dos Santos Tallo

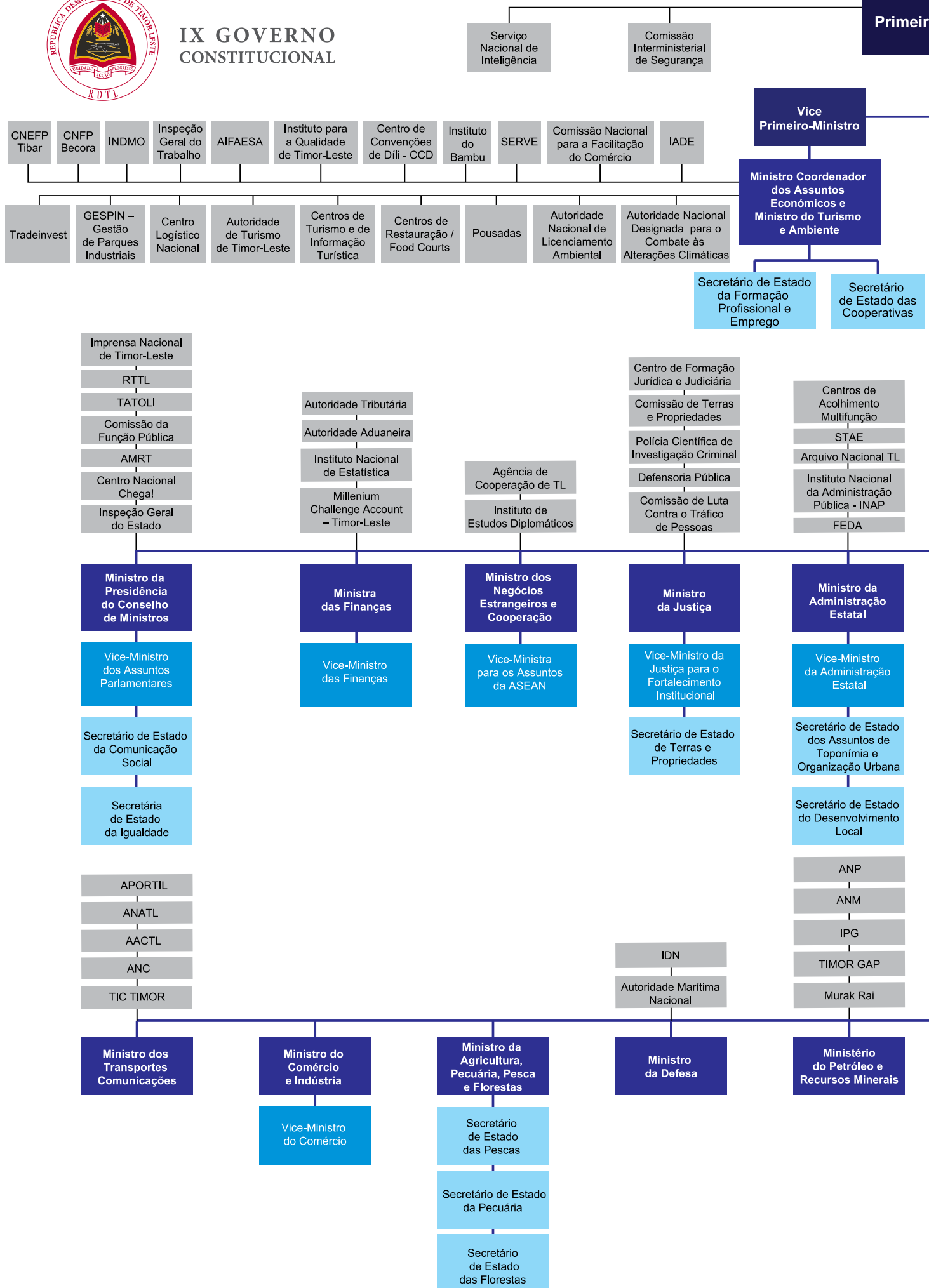
*Secretário de Estado dos Assuntos da
Toponímia e da Organização Urbana*
Germano Santa Brites Dias

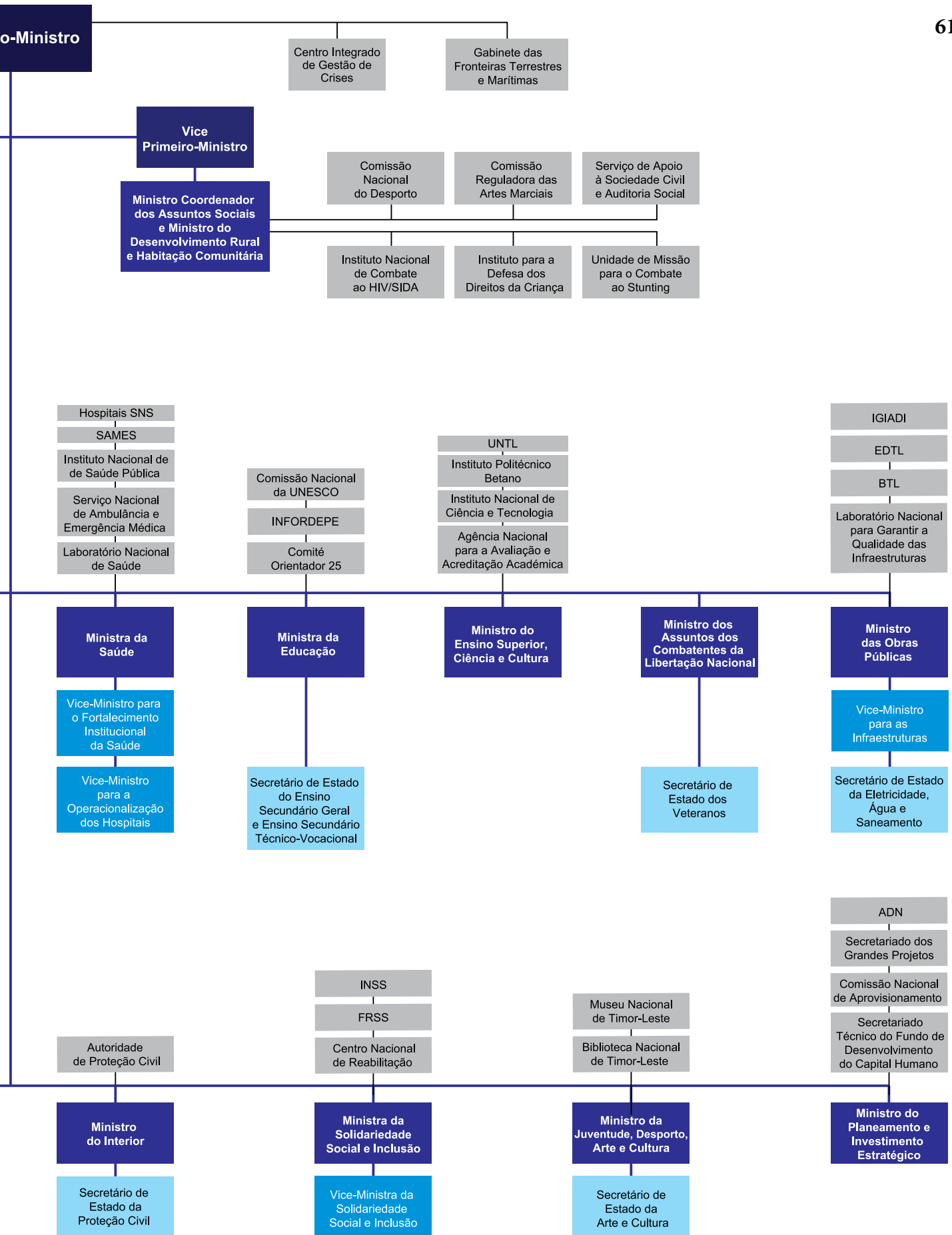
Secretário de Estado para a Proteção Civil
Domingos Mariano Reis

Secretário de Estado dos Veteranos
César dos Santos da Silva



IX GOVERNO CONSTITUCIONAL





PRINCIPAIS ATIVIDADES DO IX GOVERNO



NOS PRIMEIROS 120 DIAS DE MANDATO



PRINCIPAIS ATIVIDADES DO IX GOVERNO

AGOSTO

17

55.^a Reunião dos Ministros da Economia da ASEAN

20

17.^a Reunião Ministerial da ASEAN sobre Crime Transnacional

22

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação em visita à sede europeia do g7+ defende aposta no multilateralismo

18

Timor-Leste e Brasil assinam acordo de cooperação para novo mestrado em educação na UNTL

21

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros discute cooperação estratégica com a IFC para impulsionar a economia nacional

SEFOPE e Nações Unidas discutem cooperação na área do emprego e da formação profissional

23

SETEMBRO

03

Navio hospital da China atraca em Díli para fornecer serviços médicos

06

43.^a Cimeira da ASEAN em Jacarta

Cerimónia de Transferência de Poderes no Serviço Nacional de Inteligência

04

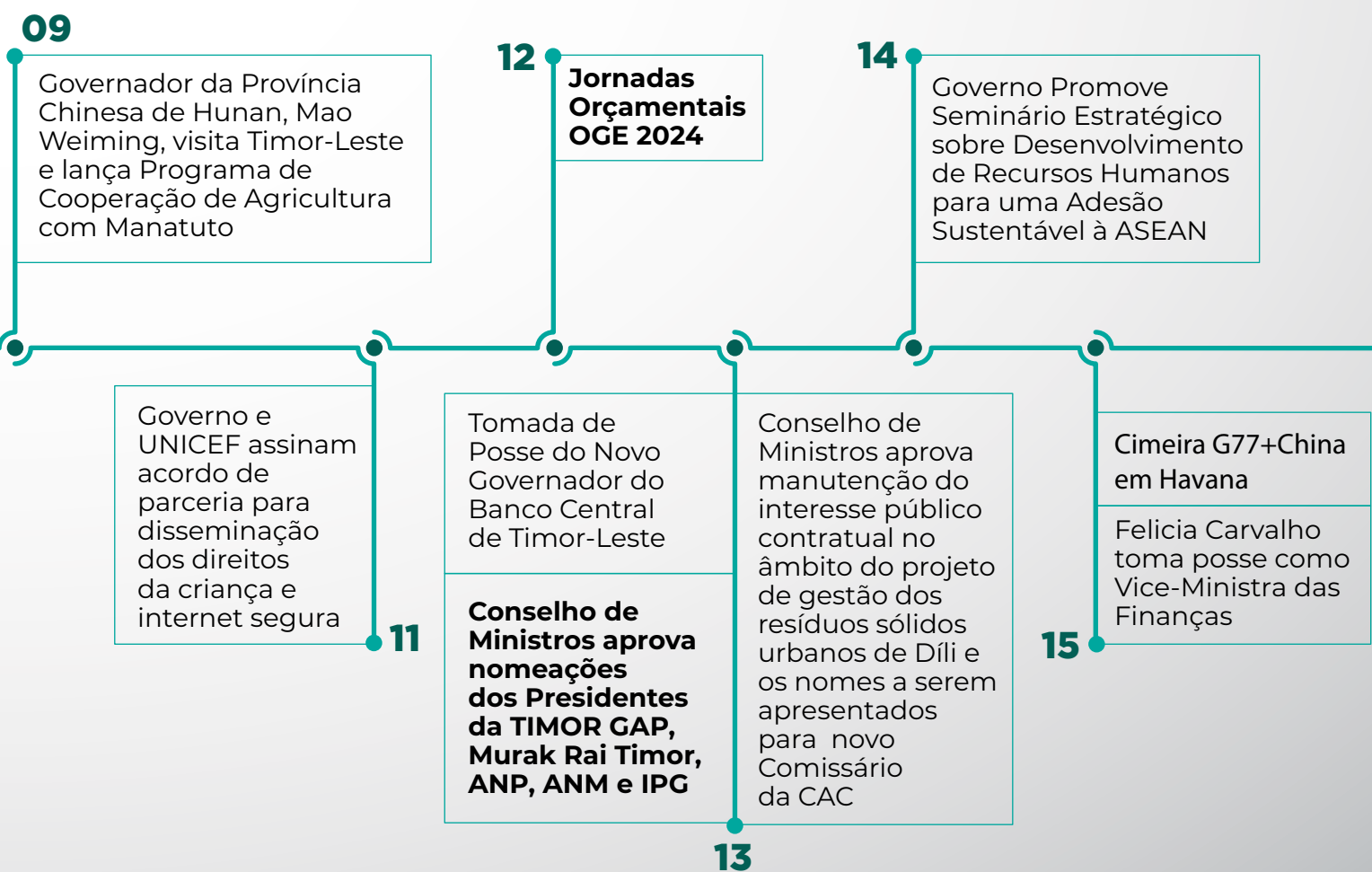
Cimeira de Negócios e Investimentos da ASEAN

Governo recebe apoio da UNICEF e do Japão para combater a anemia em raparigas adolescentes

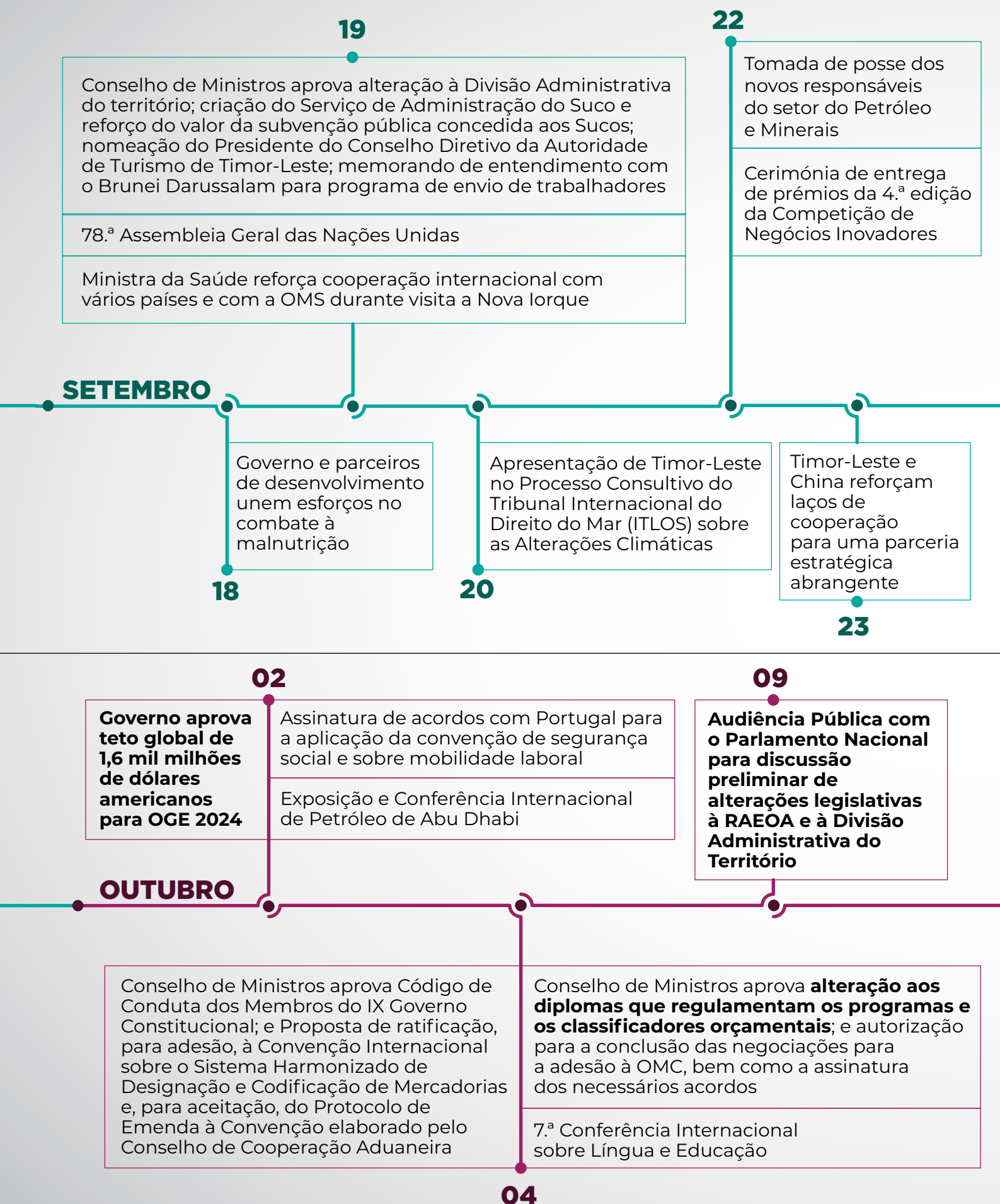
Reunião Interministerial de Coordenação dos Assuntos Sociais

08

NOS PRIMEIROS 120 DIAS DE MANDATO



PRINCIPAIS ATIVIDADES DO IX GOVERNO



NOS PRIMEIROS 120 DIAS DE MANDATO

27

Conselho de Ministros aprova **reintegração de pessoal da PNTL**; acordos com o Vietname, com o Centro de Comércio Internacional da ONU e com o Ministério das Comunicações e Informática da Indonésia; atribuição de terreno para as novas instalações da Escola Portuguesa de Díli; medida de intervenção para a estabilização do preço do arroz; medidas de vigilância e preservação do sistema de abastecimento de água; **plano de intervenção para reabilitação e reconstrução urgentes de infraestruturas afetadas pelo mau tempo**; procedimento de aprovisionamento para fornecimento de passaportes

25

Conselho de Ministros aprova alteração à Lei que criou a RAEOA e ZEESM

29

Visita da Ministra para o Indo-Pacífico do Reino Unido

26

APG avalia compromisso de Timor-Leste na adesão aos padrões internacionais de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

28

Governo e Brunei discutem expansão e fortalecimento da cooperação entre os dois países

30

Visita do Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros da Índia
Fórum sobre Mulheres na Liderança e Diplomacia

11

Conselho de Ministros aprova proposta para ratificação do acordo com a Agência Internacional da Energia Atómica para a aplicação de salvaguardas no âmbito do Acordo de Não-Proliferação; acordos com os países da ASEAN para isenção de visto para fins turísticos; atribuição de responsabilidade de coordenação do CONSSANTIL; autorização de abertura de um procedimento de aprovisionamento para a construção de um sistema de irrigação em Maliana

6.ª reunião do Grupo de Trabalho para a adesão à OMC para conclusão das negociações

Primeira remessa de passaportes, num total de 700, começa a ser distribuída a grupos prioritários

5.ª Reunião Ministerial do Fórum dos Estados Arquipelágicos e Insulares (AIS Forum) 2023

Seminário sobre Enquadramento Jurídico e Regulatório para Captura e Armazenamento de Carbono em Timor-Leste

Fórum de Alto Nível da ASEAN sobre Parcerias e Desenvolvimento Inclusivo de Pessoas com Deficiência

10

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO IX GOVERNO

12

Governo, PNUD e Japão assinam parceria para melhoria de infraestruturas nas comunidades rurais

Timor-Leste e Indonésia prosseguem negociações sobre as fronteiras terrestres na 6.ª Reunião de Consulta de Altos Funcionários

OUTUBRO

17

Reunião com delegação da Osaka Gas Australia, empresa parceira no consórcio de desenvolvimento do Greater Sunrise

Governo assina acordos com cinco responsáveis de empresas importadoras para garantir a estabilização do preço do arroz

14

Discussão com empresários do Brunei Darussalam sobre estudos de projeto abrangente de investimento e desenvolvimento multissetorial nos municípios de Baucau e Díli

23

Conta Geral do Estado referente ao ano financeiro de 2022 aprovada pelo Parlamento Nacional

SEFOPE e União Europeia discutem cooperação na formação agroflorestal

Timor-Leste e Indonésia finalizam acordo bilateral de acesso ao mercado de serviços e bens no âmbito da Organização Mundial do Comércio

Primeira Semana Internacional das Competências de Timor-Leste e à 34.ª Reunião do Conselho de Administração do SEAMEO VOCTECH

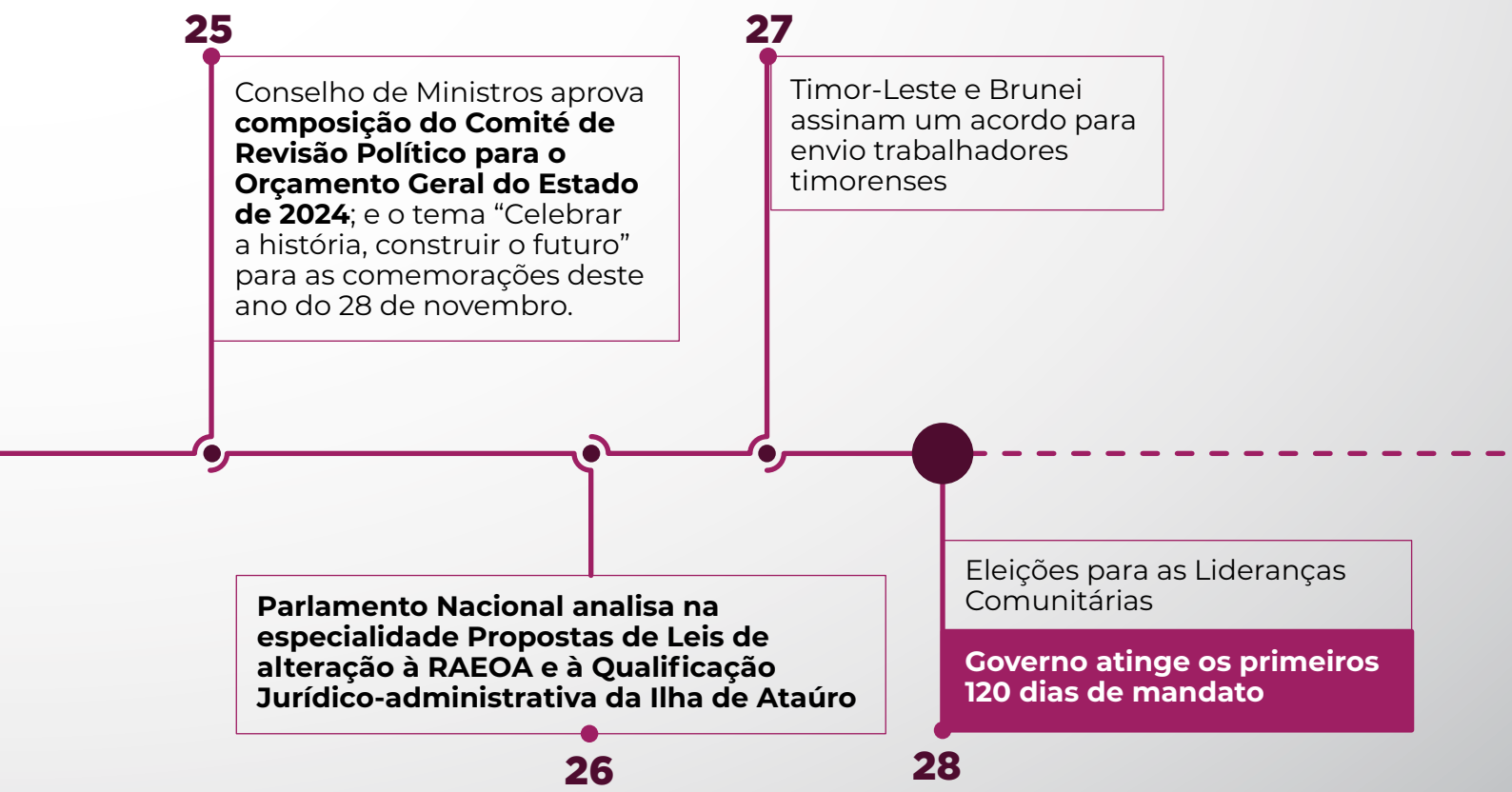
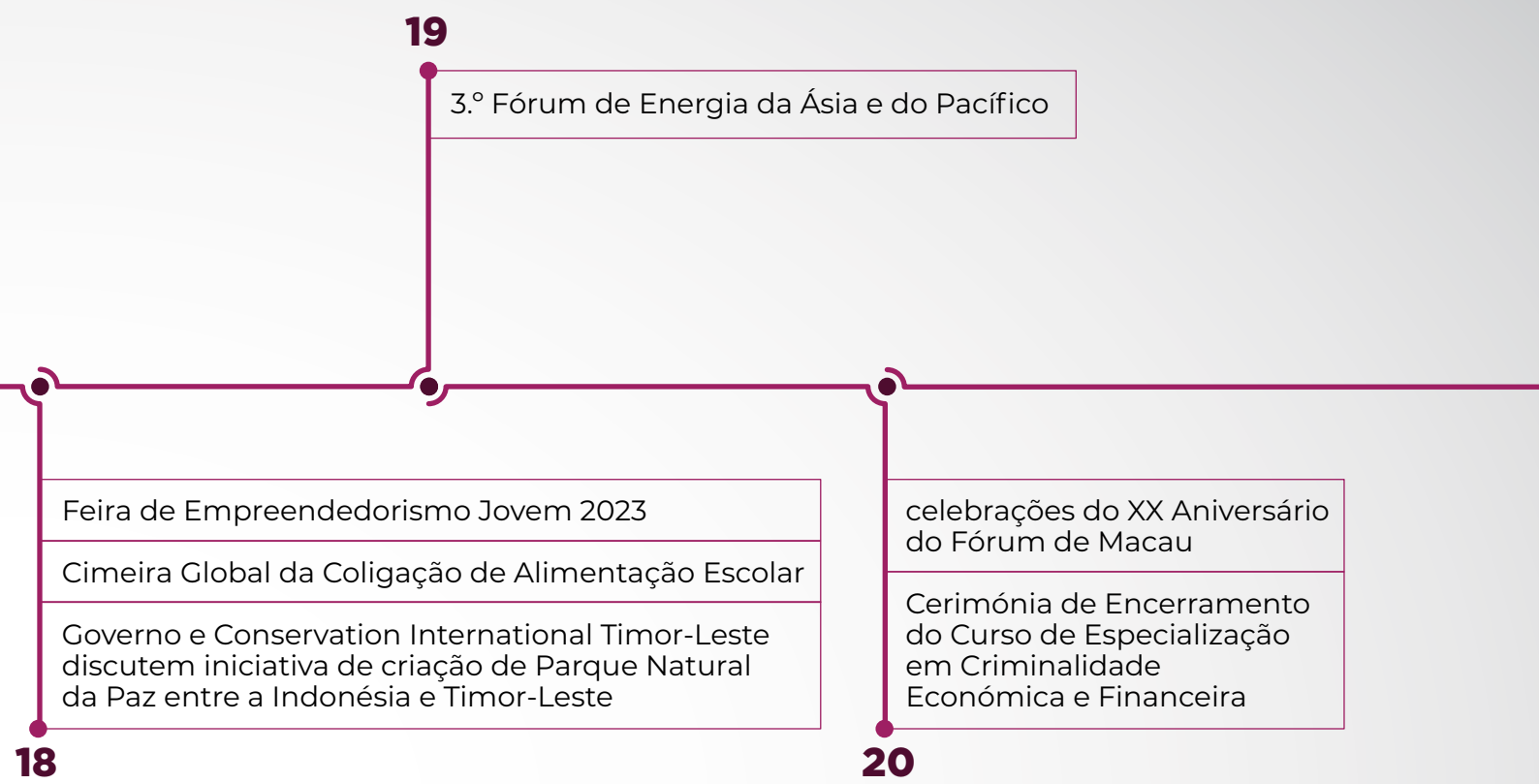
OUTUBRO

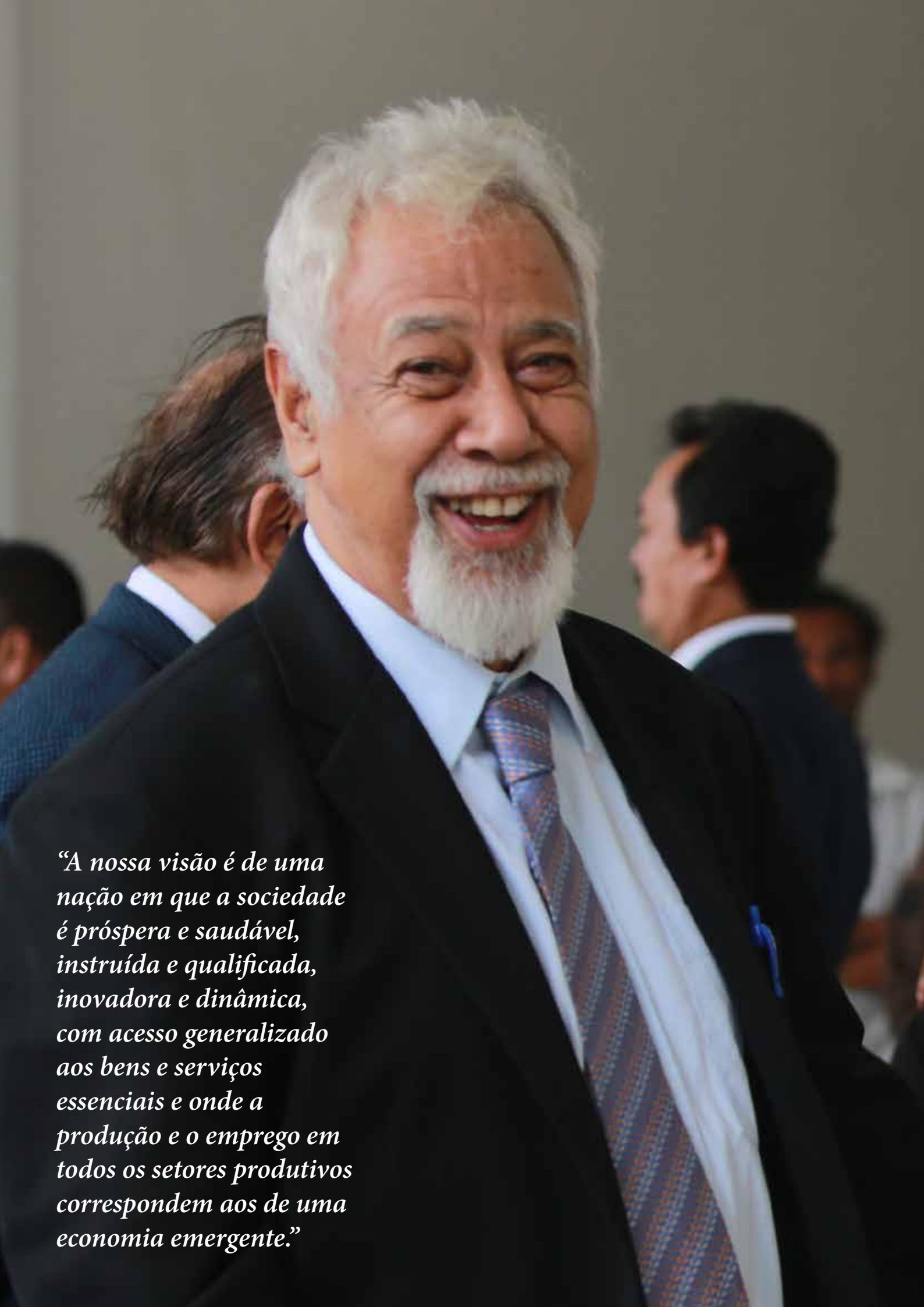
Parlamento Nacional aprova na generalidade Propostas de Leis de alteração à RAEOA e à Qualificação Jurídico-administrativa da Ilha de Ataúro

Comité de Revisão Político inicia análise ao OGE 2024

24

NOS PRIMEIROS 120 DIAS DE MANDATO





“A nossa visão é de uma nação em que a sociedade é próspera e saudável, instruída e qualificada, inovadora e dinâmica, com acesso generalizado aos bens e serviços essenciais e onde a produção e o emprego em todos os setores produtivos correspondem aos de uma economia emergente.”



IX Governo Constitucional

novembro 2023